

A participação e a representação no SUAS-BH



Realização

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Rosilene Cristina Rocha

Subsecretário de Assistência Social
José Ferreira da Crus

Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social Lúcio Luiz Tolentino

Gerente de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente do SUAS-BH
Carlos Eduardo Firmino

Diretor de Proteção Social Especial do Suas-BH
Marcel Belarmino de Souza

Diretora de Proteção Social Básica do Suas-BH
Mariana Bernardo de Brito

Diretora de Relação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça
Daniele Souza Carmona

Diretora Regional de Assistência Social Barreiro
Ângela Maria de Souza de Oliveira

Diretora Regional de Assistência Social Centro Sul
Mara Rúbia de Sousa Albano Félix

Diretor Regional de Assistência Social Leste
Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

Diretor Regional de Assistência Social Nordeste
Célio Augusto Raydan Rocha

Diretora Regional de Assistência Social Noroeste
Alessandra de Souza Figueiredo

Diretora Regional de Assistência Social Norte
Soraia Pereira de Souza

Diretora Regional de Assistência Social Oeste
Maria Angélica Barros Menezes

Diretora Regional de Assistência Social Pampulha
Cláudia de Melo Machado de Melo

Diretor Regional de Assistência Social Venda Nova
Edson Pereira de Sousa

Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social (UFRB)

Coordenadoras | Luane Neves Santos e Inayara Oliveira de Santana

Colaboradoras | Eleonora Schettini Martins Cunha, Evelin Fonseca Sales, Márcia Mansur Saadallah e Quitéria Rodrigues Costa

Coordenação editorial | Tikinet

Projeto Gráfico | Lucas Lima

Capa | Lucas Lima

Revisão | Michelle Oshiro

Diagramação | Lucas Lima

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

P923 Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. A participação e a representação no SUAS-BH / PBH-SMASAC; UFRB-PRÁXIS. – Belo Horizonte, 2023. (Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH) – Caderno 2) E-Book: PDF; 106 p.; IL.

ISBN 978-65-87080-59-8.

1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão Social. 4. Política de Assistência Social. 5. Sistema Único de Assistência Social. 6. Direitos Sociais. 7. Participação Social. 8. Controle Social. 9. Educação Popular. 10. Belo Horizonte. 11. Gestão Municipal do SUAS. I. Título. II. Série. III. Quem são as(os) usuárias(os) do SUAS em BH? IV. Representação nos espaços de participação e controle social do SUAS. V. Relatos de experiências. VI. Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH: acolhimento, luta e outra forma de organização política no âmbito do SUAS. VII. Experiência de participação popular nos espaços CLAS e CORAS Barreiro: relato sobre o uso de recursos estratégicos pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro para mobilização das usuárias e dos usuários do SUAS. VIII. Mobilização e participação social no fortalecimento do SUAS/BH: a experiência de participação popular na proteção social e cidadania – Regional Norte. IX. CLAS GLÓRIA: uma experiência de participação social. X. CLAS Nansen – Rua Circular. XI. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte. XII. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. XIII. Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. XIV. Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH).

CDU 316

CDD 306

Catalogação elaborada por Regina Simão Paulino – CRB 6/1154

*À Simone Aparecida Albuquerque,
Que sua determinação e sua luta para
combater as injustiças e a desigualdade
social sigam nos inspirando para a cons-
trução de uma sociedade mais igualitária
e um SUAS cada vez mais forte.*

Caderno II

A Participação e a Representação no SUAS-BH

Belo Horizonte, 2023.

Sumário

Apresentação.....	6
Prefácio	8
Capítulo 1 – Quem são as(os) usuárias(os) do SUAS em BH?	12
Capítulo 2 – Representação nos espaços de participação e controle social do SUAS	34
Relatos de Experiências	54
1. Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH: acolhimento, luta e outra forma de organização política no âmbito do SUAS.....	55
2. Experiência de participação popular nos espaços CLAS e CORAS Barreiro: relato sobre o uso de recursos estratégicos pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro para mobilização das usuárias e dos usuários do SUAS.	66
3. Mobilização e participação social no fortalecimento do SUAS/BH: a experiência de participação popular na proteção social e cidadania – Regional Norte	75
4. CLAS GLÓRIA: uma experiência de participação social	84
5. CLAS Nansen – Rua Circular	93

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea de cadernos que versam sobre o Controle Social e Educação popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH). Ela está organizada em três volumes com as seguintes temáticas: *Caderno I – Controle Social e o SUAS-BH*; *Caderno II – A Participação e a Representação no SUAS-BH*; e *Caderno III – Mobilização, Participação e Educação Popular*.

O objetivo que converge nos três volumes é possibilitar uma melhor compreensão das relações entre direitos socioassistenciais, participação social, representação e representatividade, controle social e educação popular. Os conteúdos dos cadernos possibilitarão reflexões essenciais para o fortalecimento da gestão democrática e participativa no SUAS-BH. Para isto, conta com textos teóricos, em linguagem acessível, associados a relatos de experiências de agentes públicos que colaboraram com a instituição e fortalecimento do controle social em Belo Horizonte – usuárias(os), trabalhadoras(es), representantes de entidades e organizações de Assistência Social e gestoras(es).

Na conformação do SUAS/BH, os espaços privilegiados onde se efetivam a participação social são no Conselho Municipal e nos Conselhos Regionais de Assistência Social (CMAS e CORAS), nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e nas conferências municipais, além de outras instâncias em que a participação social ocorre de maneira efetiva no processo de controle social.

Tendo como referência o arcabouço legal e normativo, que sustenta a concepção da Política Pública e do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, esta coletânea

atende ao compromisso assumido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), por meio da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), junto ao CMAS-BH.

A formulação dos cadernos se deu de maneira participativa, sob coordenação da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS-BH, vinculada à Diretoria de Gestão do SUAS-BH (DGAS), por meio de parceria desenvolvida com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A publicação desta coletânea demonstra o esforço da gestão municipal, em conjunto com o CMAS-BH, na ampliação e na qualificação do diálogo entre governo e sociedade civil, que também representa o fortalecimento da democracia participativa em Belo Horizonte.

José Crus

Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social,
Segurança Alimentar e Cidadania

Prefácio

Como tirar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do papel e torná-lo realidade na vida de todas as pessoas que necessitam de proteção socioassistencial? Essa é uma questão importantíssima, pois sabemos que muitas pessoas tiveram suas vidas transformadas ao acessarem os serviços, benefícios e programas da assistência social. E essa conquista de dignidade e autonomia poderia se estender a muitas outras, não alcançadas muitas vezes porque desconhecem seus direitos, ou mesmo porque não entendem muito bem como a assistência social se organiza e quais ofertas ela dispõe. Além disso, ainda há pessoas que não sabem que podem fazer parte da construção dessa política, propondo ações, acompanhando sua realização, avaliando seus resultados, e isso por meio da participação em organizações da sociedade civil, como associações, movimentos sociais, coletivos, dentre outros, mas também pelos espaços institucionalizados no poder público, como os conselhos e as conferências de assistência social!

Sabemos que participar é um desafio! Envolve diferentes motivações, tem custos (de tempo, de deslocamento, de recursos etc.), demanda algum conhecimento sobre os temas e os meios de participar, convoca as pessoas a formarem juízos de valor sobre a realidade que vivenciam em comparação com aquela na qual gostariam de viver, impõe a escolha de diferentes modos de agir conforme os objetivos pretendidos. Enfim, participar é um processo que tira as pessoas de uma posição de apatia para uma posição proativa.

Este Caderno compõe uma trilogia cujo objetivo é contribuir com esse processo, apresentando informações e conhecimentos que podem ser utilizados nas suas reflexões e nas ações de mobilização, participação, representação e de controle social do SUAS. Ele foi elaborado a muitas mãos: equipe da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, equipe do Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), conselheiras(os) do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), trabalhadoras(es) do SUAS de Belo Horizonte (governo e entidades) e usuárias(os).

Foram realizadas várias reuniões entre as equipes da GGTEP e do Práxis/UFRB para pensar e repensar a proposta original e adequá-la às demandas e necessidades das(os) conselheiras(os) e usuárias(os), que se manifestaram por meio de consultas on-line (formulários) e presencialmente, na reunião da Comissão de Apoio a CORAS e CLAS do CMAS-BH (em 27 de abril de 2023) e na reunião das(os) representantes da sociedade civil no conselho (em 25 de maio de 2023). Nesse percurso, decidimos elaborar três cadernos, cada um deles com ênfase num tema mais abrangente: 1) Controle Social e o SUAS-BH; 2) A participação e a representação no SUAS-BH; 3) Mobilização, participação e educação popular.

Cada caderno contém capítulos que tratam do tema central, apresentando conhecimentos e informações que podem contribuir com as reflexões necessárias para a construção de um SUAS mais inclusivo, mais próximo de quem necessita e mais participativo. Contém também relatos de experiências produzidos a partir de uma chamada pública

feita pela GGTEP – Roda de Experiências do SUAS-BH, convidando trabalhadoras(es), conselheiras(os) e gestoras(es) a sistematizarem suas práticas. A riqueza dos relatos mostra tanto a capacidade de inovação quanto o compromisso e o esforço de “tirar o SUAS do papel”. Imaginamos quantas outras experiências, ainda não sistematizadas, podem se somar a essas!

No âmbito da UFRB, a iniciativa foi efetivada por meio do projeto de extensão “Educação Permanente no SUAS: aprimoramento do exercício do controle social e fomento à participação popular”. Tal projeto tem na educação popular seu eixo epistemológico, teórico e metodológico, e inclui, além da confecção dos cadernos, a oferta de uma capacitação de atualização com carga horária de 40 horas para 200 atores do controle social no SUAS-BH, por meio de Círculos Virtuais, em alusão aos Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire.

Em 2023, a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS) completa dez anos e compreendemos a necessidade de avançar em uma Educação Permanente no SUAS construída a partir da educação popular. Nesse sentido, esta coletânea de cadernos é fruto de um trabalho realizado com base em muito diálogo e respeito às identidades, trajetórias e contribuições que cada uma/um trouxe consigo. Uma experiência formativa permeada por desafios, mas também muito empenho coletivo para contribuir de maneira inventiva e criativa, por meio de uma ponte entre o nordeste e o sudeste, com o SUAS que queremos para o Brasil.

Nós te convidamos a ler esse Caderno com os sentimentos de esperança e de confiança na sua capacidade de agir e transformar a realidade em que vive. Afinal, como

Paulo Freire nos lembra, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Eleonora Schettini Martins Cunha

Evelin Fonseca Sales

Inayara Oliveira de Santana

Luane Neves Santos

Márcia Mansur Saadallah

Quitéria Rodrigues Costa

Equipe Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e
Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)



Capítulo 1

Capítulo 1 – Quem são as(os) usuárias(os) do SUAS em BH?

Marlúcia Oliveira de Assis¹

Jackson Jessé Nonato Pires²

Livia Ferreira de Araujo Rosa³

A assistência social, enquanto política de proteção social de caráter estatal, visa alcançar os sujeitos mais frágeis das relações sociais e atuar no sentido de auxiliar na superação das desigualdades sociais e econômicas. Partindo desta compreensão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma estrutura fundamental no Brasil, uma vez que suas ofertas são estabelecidas no intuito de garantir a proteção social e o acesso aos direitos para todas(os) as(os) cidadãs(os) que enfrentam situações de vulnerabilidade e

¹ Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e atualmente cursando especialização em Gestão do Sistema Único de Assistência Social pela Faculdade Dom Alberto. Em exercício como analista de Políticas Públicas na Prefeitura de Belo Horizonte há 10 anos, já tendo atuado no Serviço de Medidas Socioeducativa, na Gestão do SUAS como técnica de apoio a gestão na área de Vigilância Socioassistencial e atualmente coordenando a equipe de Monitoramento e Avaliação na Vigilância Socioassistencial.

² Geógrafo pela PUC Minas, mestre em Gestão, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Presidente da Associação Profissional de Geógrafos de Minas Gerais e conselheiro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. Servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com atuação na política pública de assistência social desde 2015.

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; mestre em Psicologia Social pela UFMG; especialista em Gestão do Sistema Único de Assistência Social e em Gestão Pública pela Faculdade Dom Alberto. Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde 2013, estando atualmente na função de Gerente de Vigilância Socioassistencial do SUAS-BH.

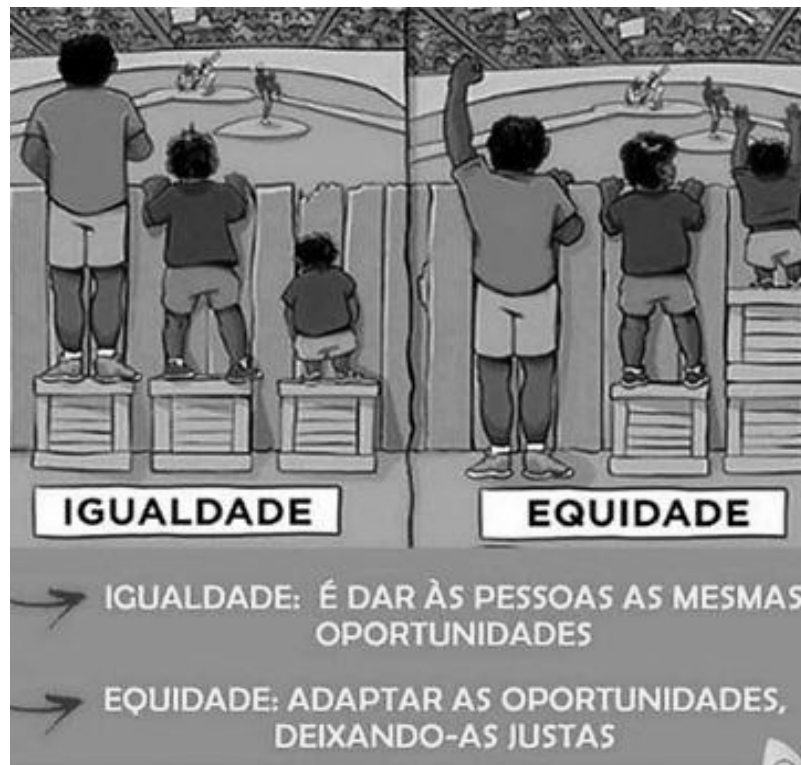
risco social. Neste sentido, o SUAS acolhe diversos grupos sociais, como famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, idosas(os), pessoas com deficiência, crianças e adolescentes vulneráveis, mulheres vítimas de violência, população em situação de vida nas ruas, entre outros.

Infelizmente, a vulnerabilidade e o risco são frequentemente agravados por fatores como classe socioeconômica, gênero, raça/etnia, faixa etária, escolaridade etc. Esses marcadores sociais estão intimamente ligados a vivências de preconceito e discriminação, refletindo desafios históricos enfrentados por nossa sociedade. Nesse contexto, a política de assistência social também atua na promoção de debates em busca da **equidade social** e do acesso universal, autonomia, protagonismo, fortalecimento de vínculos, participação e capacidade de proteção das famílias, indivíduos e suas comunidades. Em outras palavras, o SUAS caracteriza-se por ser um sistema inclusivo e aberto a todas(os) que necessitam de apoio para superar as adversidades e construir uma vida mais digna.

Equidade social – Podemos entender a equidade social como o reconhecimento da existência de diferenças entre as pessoas (e mesmo entre grupos e comunidades). Diferenças entre as realidades das quais cada cidadã(ão) vem e nas quais cada uma(um) vive. Quando pensamos em políticas públicas, podemos dizer que a equidade social significa adaptar as ofertas do Estado deixando-as justas em relação às(aos) cidadãs(ãos) e suas necessidades de acordo com seu contexto. Nas palavras de Sposati (2010), “a equidade social significa, nesse âmbito de políticas públicas, um equilíbrio na distribuição de benefícios e acessos construídos pela sociedade”.



Figura 1 – Igualdade x Equidade



Fonte: Interaction Institute for Social Change⁴.

Artista: Angus Maguire.

Ao abordar a população usuária do SUAS, é crucial incorporar o debate sobre as desigualdades. As desigualdades enfrentadas pelas(os) usuárias(os) do SUAS abrangem diversas dimensões que podem variar conforme o território em que são observadas. Sendo assim, pensar nessas desigualdades significa admitir uma interação complexa entre múltiplos fatores sociais, como classe socioeconômica, raça/cor e gênero (Neves *et al.*, 2020). É necessário reconhecer e considerar tais interseccionalidades (que são os pontos de interação entre os fatores, como raça e gênero no caso da mulher negra) para uma abordagem mais abrangente e justa na formulação e implementação de políticas sociais. Assim, é possível buscar o acesso igualitário aos direitos e à proteção social.

⁴ Disponível em: <https://interactioninstitute.org/illustrating-equality-vs-equity/>. Acesso em: 9 out. 2023.

Neste sentido, torna-se imprescindível compreender os marcadores de desigualdades e opressão que afetam as(os) usuárias(os) do SUAS, como o racismo, o etarismo, o capacitismo, a desigualdade e a violência de gênero, com o intuito de compreender os desafios para a sustentação do **projeto ético-político** desse sistema. E tal compreensão, sempre que possível, deve levar em conta possíveis diferenças da incidência destes marcadores e seus impactos nos diferentes territórios nos quais o sistema atua.

Projeto ético-político – Quando falamos de ética, nos referimos a uma forma de agir de cada pessoa, que seja cuidadosa com o resultado de cada ato. Uma forma de agir que sempre leve em conta o respeito à outra pessoa, à sociedade. Então, estamos falando da ação de cada uma(um), do indivíduo, da cidadã(ão). Já quando falamos de político, estamos tratando das interações sociais visando construir algo em comum. Então estamos falando de agir junto, de fazer algo coletivamente. Ao reunir essas duas palavras para tratar de um projeto, significa que temos coisas a fazer, tanto do ponto de vista individual quanto no coletivo, para buscar o alcance de certos objetivos que, no caso do SUAS, visam a construção de uma sociedade do cuidado e do respeito às diferenças.



O SUAS desempenha, portanto, um papel crucial no processo de promoção da igualdade e da garantia de direitos, fortalecendo a assistência social de forma abrangente e sensível às diversas realidades enfrentadas pelas(os) cidadãs(ãos) mais vulneráveis. Nesse sentido, ao reconhecer as desigualdades que envolvem os marcadores sociais de

raça, classe, gênero e faixa etária, é possível enfrentar os impactos sociais que atingem esses grupos.

Os marcadores sociais das diferenças, enquanto uma ferramenta básica da Sociologia, nos possibilitam refletir sobre as desigualdades e as hierarquias que a sociedade confere à relação existente entre diferentes pessoas e grupos. Isto significa que esses marcadores nos permitem explicar as desigualdades sociais internas de cada sociedade considerando aspectos estruturais intimamente ligados às características físicas ou territoriais dos indivíduos e grupos. Como explicado por Silva e Leite (2020),

Os ‘marcadores’ sociais da diferença são como ‘rótulos’ que são postos nas pessoas, dispondo-as em ‘categorias’ geradoras de estereótipos. Essas ‘classificações’ sociais criam hierarquias e legitimam desigualdades, determinando o modo como enxergamos ‘os outros’ e nos ‘diferenciamos’ deles no mundo.

Numa tentativa de ajudar a reflexão e explicar como esses rótulos geram ideias ou imagem generalizadas e simplificadas sobre as pessoas a partir das características ou comportamento que as pessoas têm sobre grupos específicos, vamos fazer um exercício utilizando o marcador social da cor da pele e colocar uma lupa em uma cena urbana cotidiana no Brasil. Imagine um motorista dirigindo seu carro em uma via movimentada. Ao se deparar com o sinal vermelho ele para o carro e neste momento visualiza, a uma longa distância, uma pessoa a pé se aproximando do carro. O celular do motorista toca e ele olha para o lado para desligar o aparelho que apita enquanto ele dirige. Mas ao voltar o olhar para a frente ele visualiza um homem

negro vindo em sua direção. Qual o primeiro pensamento que lhe ocorre? Fechar o vidro com receio de que aquela pessoa seja um assaltante ou permanecer com o vidro aberto esperando a pessoa lhe abordar e oferecer algum produto? Considerando um país que teve mais de 300 anos de escravização dos negros e nenhum esforço de integração feito pelo Estado ao fim da escravatura, a reação mais recorrente que visualizamos cotidianamente nesta cena é a de o motorista fechar os vidros. Agora, se essa pessoa fosse branca, essa seria a mesma reação?

A reflexão que esta cena pode provocar nos permite detectar que, estruturalmente, o olhar social para as pessoas negras se liga à ideia de marginalidade, violência, menor inteligência e inferioridade. E tal olhar social existe como um reflexo das desigualdades e dos preconceitos enraizados na sociedade. Nos diversos territórios que compõem o Brasil, pessoas negras (de pele preta ou parda) frequentemente enfrentam maiores dificuldades em relação ao acesso a empregos com salários dignos e a infraestruturas, serviços e bens que são considerados básicos quando pensamos em uma sociedade que se pretende justa.

Estas dificuldades são percebidas ao se analisar, por exemplo, o nível de acesso dos habitantes de territórios periféricos (na maioria negras(os)) ao saneamento ambiental, à saúde, educação, habitação e cultura quando comparados com os territórios em que concentram pessoas de classe socioeconômica mais elevada (em sua maioria de pele branca). Isso se deve a uma série de injustiças históricas que são responsáveis, por exemplo, pela referida concentração de pessoas negras em regiões de maior vulnerabilidade social e a perpetuação do racismo de modo estrutural em nossa sociedade. Conforme define Almeida (2019, p. 22),

[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

O marcador social de raça também é uma das características mais impactantes na vida das pessoas e tem sido foco de discussão em nossa sociedade há séculos. A raça é uma construção social que categoriza indivíduos com base em suas características físicas, como cor da pele, textura do cabelo e traços faciais, e tem sido usada historicamente como um meio de hierarquizar e justificar as desigualdades sociais.

O conhecimento sobre raça surgiu durante a colonização e expansão europeia, quando a ideia de superioridade de um grupo em relação a outro foi apresentada para justificar a exploração, escravização e opressão de povos indígenas e africanos. Essa noção de raça se espalhou pelo mundo, construindo uma ideologia racista que resultou em graves consequências para os povos colonizados e suas descendências até os dias atuais. A diferenciação das pessoas pela raça atravessa todos os contextos da sociedade, desde o acesso à educação e ao emprego até o sistema de justiça criminal. Infelizmente, essa parcela da população continua enfrentando diversas formas de discriminação e exclusão, tanto de maneira evidente quanto sutil.

É uma forma de pensamento preconceituosa e injusta, que busca inferiorizar determinados grupos e impor uma suposta superioridade baseada em diferenças na cor da pele ou em aspectos culturais e religiosos. O Instituto de

Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) divulgou recentemente uma pesquisa intitulada “Percepções Sobre o Racismo no Brasil”⁵. Entre outras coisas, a pesquisa revelou que 96% das(os) entrevistadas(os) consideram que as pessoas pretas são as que mais sofrem discriminação racial no Brasil. A pesquisa mostra também que 57% das(os) entrevistadas(os) consideram que pessoas indígenas sofrem discriminação, 38% consideram o mesmo para imigrantes de origem africana e 29% para as pessoas que fazem parte de comunidades quilombolas. Outro dado da pesquisa mostra que 51% afirmam já ter presenciado um ato de racismo e que 60% afirmam, sem ressalvas, que o Brasil é um país racista. Tais dados se relacionam diretamente com a cena pensada acima.

Como tratamos no início deste texto, outros marcadores sociais também exercem influência no agravamento das situações de vulnerabilidade e risco de indivíduos, famílias e comunidades. E para que o SUAS possa atuar no sentido de levar proteção social para os públicos com maior vulnerabilidade e risco, é necessário conhecer as características da população dos diferentes territórios levando em conta tais marcadores sociais. No SUAS, a produção deste conhecimento é feita através da “vigilância socioassistencial”, que realiza um trabalho de levantamento de dados e informações sobre as populações atendidas e sobre os territórios em que vivem. Isso é necessário, pois os territórios são diferentes.

⁵ A pesquisa foi realizada em abril de 2023 pelo Ipec sob encomenda do Instituto de Referência Negra (Peregum) e do Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista (Seta). Foi realizada em todo o território brasileiro com pessoas de 16 anos ou mais. A pesquisa e informações sobre ela podem ser acessadas atualmente via internet. Disponível em: <https://www.ipec-inteligencia.com.br/> ou em <https://peregum.org.br/>.

Quando falamos, por exemplo, de duas cidades ou de dois estados do Brasil, cada um destes territórios terá um número diferente de homens, de mulheres, de pessoas negras, de pessoas brancas, de pessoas indígenas e de pessoas jovens ou idosas. Conhecer a realidade de determinado território, para nele atuar melhor, começa por buscar os dados disponíveis sobre ele. Além de buscar esses dados, a vivência das equipes do SUAS em cada território agrega muito a esse conhecimento e provavelmente dialogará com ele. E, como exemplo deste exercício de levantamento e análise de dados, trataremos de alguns números que, em primeiro lugar, nos dão uma ideia sobre toda a população de Belo Horizonte e, a seguir, sobre o recorte da população que está mais próxima do SUAS no município. Para tanto, iremos utilizar dados dos Censos Demográficos do IBGE e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os dados apresentados a seguir se relacionam com os marcadores sociais de sexo, raça-cor e faixa etária (ou ciclo de vida).

Segundo dados do Censo IBGE de 2022⁶, Belo Horizonte possui atualmente cerca de 2.315.560 (dois milhões, trezentos e quinze mil, quinhentos e sessenta) habitantes. Esse número indica que houve uma redução da população que mora na capital de Minas Gerais, pois em 2010 (ano do censo anterior) havia 2.375.151 pessoas residindo no município. Além disso, o município possui um território de 331 km² dividido em nove regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Conforme os dados censitários disponíveis, o município tem cerca de 53% de sua população composta de mulheres e 47% de homens. Em relação ao quesito

⁶ No momento da escrita deste texto, ainda não foram divulgados todos os dados do Censo de 2022. Diante disto, algumas estatísticas apresentadas em caráter referencial para o município são do Censo de 2010.

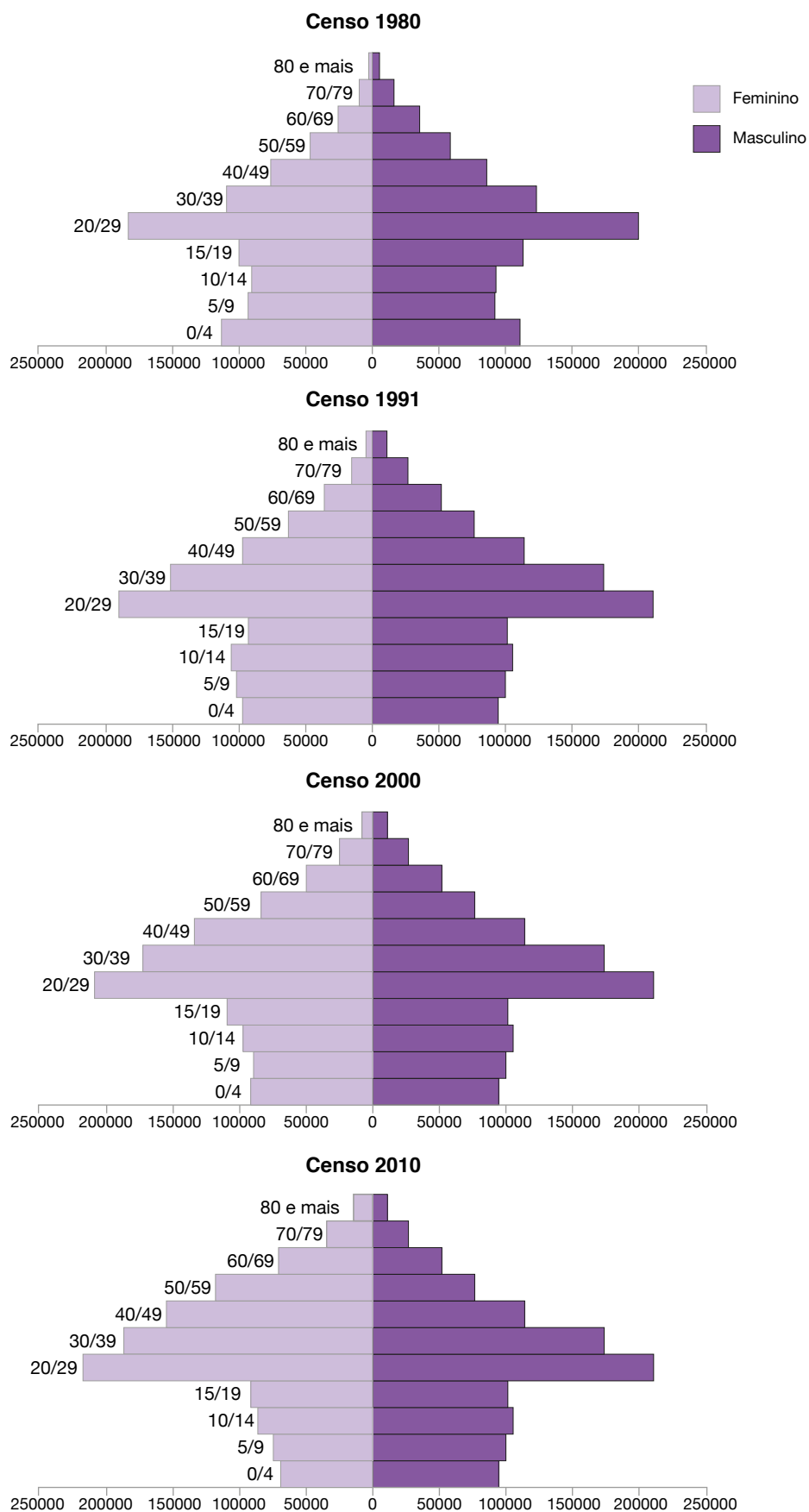
raça-cor e etnias⁷, o município possui 52,1% de negros⁸, 46,7 % de brancos, 0,1% de indígenas, 1,1% de amarelos.

No que se refere às faixas etárias (intervalos de idades), a capital mineira segue a tendência de envelhecimento populacional que se observa no Brasil nos últimos censos. O envelhecimento da população acontece quando as pessoas de algum território passam a ter maior longevidade (viver por mais anos) e, além disso, cai o número de nascimentos. Uma boa maneira de enxergarmos este envelhecimento é observando as pirâmides etárias de determinado território em épocas diferentes. Uma pirâmide etária tem esse nome porque agrupa homens e mulheres em barras horizontais que representam as faixas de idade. Na parte de baixo da pirâmide estão os números que representam as pessoas mais jovens e, nas partes mais altas, as mais velhas. Quando olhamos para as pirâmides etárias de um território em anos diferentes e observarmos que o meio e as partes mais altas da pirâmide estão aumentando, significa que a população está envelhecendo. E é justamente isso o que percebemos ao olharmos para as pirâmides etárias de Belo Horizonte. A seguir, vemos as pirâmides etárias do município em 1980, 1991, 2000 e 2010.

⁷ As variáveis para branco, preto, pardo e amarelo do censo demográfico remetem à cor. Já a variável indígena remete a povo ou etnia e só foi inserida no censo a partir de 1991.

⁸ De acordo com a definição trazida pelo Estatuto da Igualdade Racial (2021), o conceito de **população negra** se refere ao “conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Painel 1 – Pirâmides etárias de Belo Horizonte de 1980, 1991, 2000 e 2020



Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Outro número levantado pelo IBGE no Censo de 2010 merece nossa atenção por ser um bom indicador de desigualdades vinculadas ao marcador social de raça-cor. Trata-se do “Valor do rendimento mensal total nominal” (valor da renda de uma pessoa por mês), que era de R\$ 1.029,00 para pessoas pretas, R\$ 1.278,00 para pessoas pardas, R\$ 1.292,00 para pessoas indígenas, R\$ 1.542,00 para pessoas amarelas e R\$ 2.710 para pessoas brancas. Como se trata de um dado que ainda não foi divulgado para o Censo 2022 é importante verificar as possíveis mudanças ocorridas entre os anos que cada dado foi levantado, mas como referencial de análise a diferença de rendimentos mensais é alarmante.

Após observar os dados do IBGE para todo o município, faremos o mesmo com os dados do CadÚnico⁹ associando os dados com alguns marcadores sociais. Conforme os dados de abril de 2023, o município de Belo Horizonte possui 667.854 pessoas cadastradas no CadÚnico, ou seja, aproximadamente 29% da população da capital mineira possui inscrição no Cadastro Único do Governo Federal. Deste grupo de pessoas inscritas no CadÚnico, 57% são do sexo feminino e 43% são do sexo masculino. Quando olhamos mais a fundo esse dado, vemos que, do total de famílias inscritas no CadÚnico e também inscritas no benefício do Programa Bolsa Família¹⁰, 76,4% das famílias são chefiadas por mulheres, enquanto somente 23,45%

⁹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é a ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, pois proporciona, em uma só base, um retrato abrangente das condições de vida das(os) cidadãs(ãos) brasileiros mais vulneráveis, agregando informações de renda, características do domicílio, escolaridade, deficiência, entre outras. CadÚnico utilizado como referência, de abril de 2023.

¹⁰ Tabulador do Cadastro Único (CECAD 2.0). Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php.

são chefiadas por homens. Dessas famílias chefiadas por mulheres, 94% não possuem cônjuge ou companheiro.

Antes de abordarmos o marcador social de gênero, faz-se importante delimitar a definição de gênero que será tratada no texto para melhor compreensão. Para isso utilizaremos a definição de Azevedo (2019, p. 23):

[...] gênero é utilizado para designar, por meio das relações sociais, papéis e padrões de comportamento pré-determinados de acordo com o sexo biológico, dos conceitos de homem e mulher. Estas construções sociais, permeadas pela dominação masculina, se organizam nas relações sociais de gênero que reproduzem estereótipos, além da idealização do que é considerado feminino e masculino – padrões de comportamento e traços de personalidade que são atrelados a mulheres e homens.

Com essa orientação, podemos compreender que o marcador social de gênero trata da compreensão sobre as características, os estereótipos e os comportamentos de uma sociedade associados a um gênero específico. Um exemplo disso na nossa sociedade é a atribuição de funções e responsabilidades a partir da diferença entre homens e mulheres, onde frequentemente é atribuída às mulheres a responsabilidade pela maior parte do trabalho doméstico e cuidado com os filhos, enquanto para o homem é atribuída a responsabilidade da geração de renda familiar.

A observação que grande parcela das famílias inscritas no Programa Bolsa Família é chefiada por mulheres sem cônjuge ou companheiro exemplifica como as mulheres acumulam as responsabilidades pelas tarefas domésticas, cuidado com os filhos, gerenciamento familiar, além da

obrigatoriedade de geração de renda no núcleo familiar. Ainda referente às “responsabilidades” que recaem sobre as mulheres, Cisne (2015, p. 20) completa:

São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus(suas) filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer as suas documentações, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família.

Como consequência dessa construção social acerca do papel da mulher na sociedade, a responsabilização feminina pelo trabalho doméstico, pelo cuidado, pela geração de renda e pelo gerenciamento familiar (que as demandam incessantemente), as mulheres acarretam sobrecarga física e mental. Neste sentido, analisar as relações sociais de gênero no campo da política pública e compreender como os marcadores sociais influenciam na leitura da realidade é essencial para a efetividade da política de promoção e de proteção social.

As pessoas que fazem parte dos grupos minoritários (como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+¹¹) enfrentam preconceitos, rótulos negativos e desigualdades

¹¹ LGBTQIAPN+: lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis, queers, intersexuais, assexuadas, pansexuais, pessoas não binárias e demais possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual.

gerais que afetam suas oportunidades de vida e suas experiências cotidianas.

Nesse contexto, a raça, as condições econômicas e a idade são algumas das condições que fazem com que as pessoas sejam excluídas da sociedade. As pessoas que compõem os grupos minoritários enfrentam discriminação, preconceitos, violências e injustiças e, como consequência dessa marginalização, são excluídas do processo de garantia dos seus direitos básicos.

É possível observar esta afirmação quando nos deparamos com os dados das pessoas inseridas no CadÚnico no município, em que a grande maioria das pessoas, 74,6%, se autodeclaram negras. Brancos somam 24,4%, indígenas 0,1% e amarelos 0,8%. E há uma pequena quantidade de pessoas sem cor declarada (0,04%).

Esses dados mostram como a distribuição desigual de recursos, oportunidades (renda, educação, saúde e emprego) e o resultado complexo de fatores históricos, sociais e econômicos para os negros se acumulam ao longo do tempo e perpetuam a desigualdade social no Brasil.

Outro marcador social que aparece associado à questão de raça e gênero é a característica da idade. Em relação à idade há um tipo de discriminação chamada de etarismo, idadismo ou ageísmo. O idadismo, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2022), pode ser compreendido como a maneira como pensamos, sentimos e agimos com as pessoas com base na idade, ou seja, diz dos estereótipo, preconceito e discriminação¹² baseados na idade de uma pessoa, seja ela muito jovem ou idosa.

¹² Os estereótipos correspondem à maneira como pensamos, os preconceitos à forma como nos sentimos e a discriminação ao modo como agimos (OPAS, 2022).

O preconceito relacionado à faixa etária é algo tão comum que a discriminação pela idade pode ser discreta ou visível. Cotidianamente as(os) idosas(os) costumam ouvir comentários que as(os) incomodam, que aparecem durante as conversas como “brincadeiras” sobre seu envelhecimento ou até mesmo comentários sobre sua incapacidade física ou mental. Piadas relacionadas ao esquecimento, incapacidade e sexualidade das(os) idosas(os) são normalmente contadas em rodas de conversa, quase sempre relacionadas ao preconceito e à discriminação da população idosa, buscando desqualificar esse público.

As piadas que têm as pessoas idosas como atores estão predominantemente relacionadas aos estereótipos corporais decadentes associados à doença e à incapacidade. Assim sendo, a sexualidade (principalmente masculina) está fortemente presente no conteúdo das piadas. Outros dois estereótipos predominantes são a ausência da memória associada à demência (Berzins; Mercadante, 2012, p. 13).

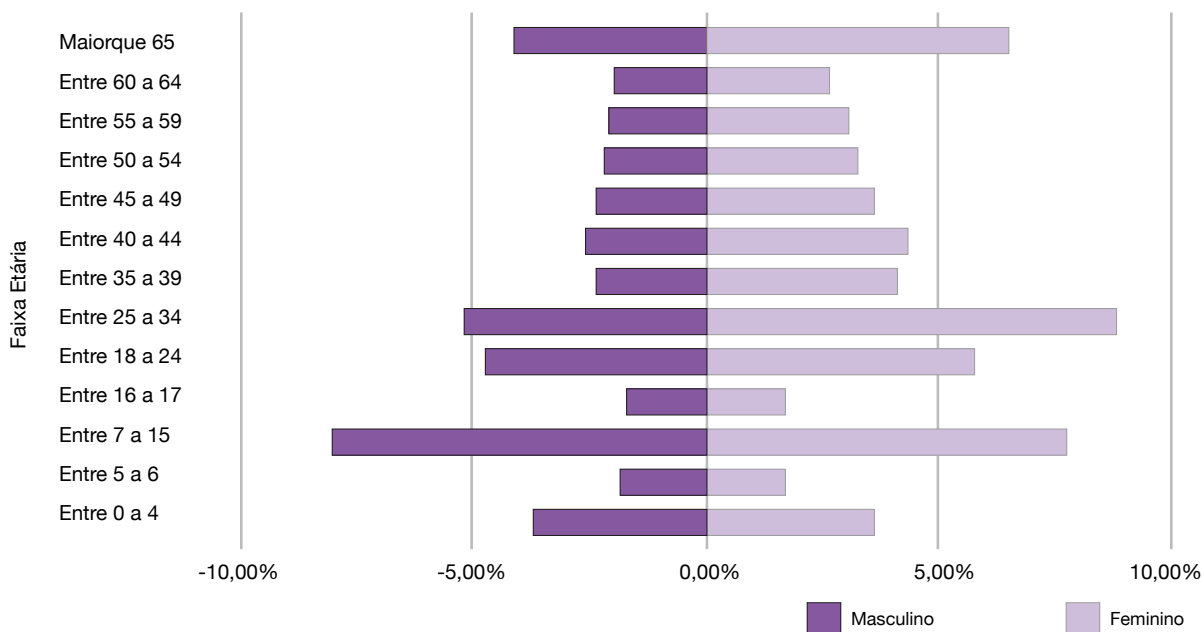
Ainda de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (2022), o idadismo produz uma série de efeitos negativos e de grande influência na vida das pessoas atingidas, gerando consequências na saúde, bem-estar, além de ser uma violação aos direitos humanos.

Por outro lado, as(os) jovens também sofrem discriminação, sendo tratadas(os) de forma injusta como pessoas imaturas, preguiçosas, irresponsáveis e que não respeitam as regras sociais. Em alguns espaços sociais, as(os) jovens têm suas opiniões, capacidades e necessidades ignoradas ou desvalorizadas por causa da idade.

Para exemplificar uma situação em que a discriminação por idade pode acontecer, sendo uma(um) jovem ou idosa(o), imagine o seguinte episódio: em uma reunião de trabalho, um funcionário jovem ou idoso, chamado Pedro, apresenta uma ideia nova sobre uma atividade que já é realizada por outras(os) funcionárias(os). Ele estudou e leu a respeito dessa atividade, acreditando que sua ideia era inovadora e poderia ser muito útil e boa para a empresa. No entanto, ao expor sua ideia, alguns colegas mais antigos na empresa começam a desvalorizar sua opinião com comentários como “você é muito jovem/velho para entender como as coisas funcionam aqui na empresa” ou “você precisa de mais experiência para sugerir algo aqui”. Os colegas mais antigos na empresa continuam a menosprezar as ideias de Pedro e dizem que elas são inúteis. Estes mesmos colegas de trabalho acham que Pedro é inexperiente (caso seja jovem) ou que possui ideias ultrapassadas (caso seja idoso), sendo incapaz de contribuir de forma relevante para o trabalho/atividade, baseando esses julgamentos apenas na sua idade.

Em relação às idades, a pirâmide etária (Gráfico 1) apresenta dados interessantes sobre o perfil de idade dos componentes das famílias que estão no CadÚnico. Há um destaque para a quantidade de pessoas nas faixas etárias de 0 a 4 anos, de 7 a 15 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 34 anos e com mais de 65 anos. Detecta-se que o maior público inscrito no CadÚnico do município são crianças de 7 a 15 anos (15,8%), seguido de pessoas adultas na faixa etária de 25 a 34 anos (14%) e pessoas idosas com mais de 65 anos de idade (10,7%). Pessoas do sexo feminino se destacam em maior quantidade quando comparadas ao sexo masculino, nas faixas etárias de 25 a 34 anos (> 3,7%) e mais de 65 anos (> 2,4%).

Gráfico 1 – Pirâmide etária CadÚnico, Belo Horizonte



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais –
Governo Federal/MDS base Abril/2023.

Outra observação interessante é que existe uma proporção bem parecida entre homens e mulheres até a faixa etária de 16 a 17 anos, mas a partir da faixa de idade entre 18 e 24 anos o número de mulheres é sempre significativamente maior. Essa mudança na proporção entre homens e mulheres no CadÚnico, iniciando e se mantendo em uma determinada faixa etária, é algo que pode ser investigado, inclusive em diálogo com as(os) trabalhadoras(es) do SUAS que trabalham cotidianamente no atendimento às famílias cadastradas.

As breves reflexões trazidas no texto buscam proporcionar uma leitura do perfil do público-alvo do SUAS-BH a partir dos marcadores sociais, os quais são importantes para revelar que certos grupos ou indivíduos são mais propensos a enfrentar desigualdades e discriminações com base em características como raça, gênero, classe social na sociedade brasileira. Neste contexto, é essencial às políticas públicas considerar os marcadores sociais para

maior efetividade da ação estatal, pautando os marcadores em todo o ciclo da política pública, desde a construção da agenda, na formulação da política, no processo decisório e, por fim, na implantação e avaliação.

Portanto, o Estado ainda necessita adquirir um papel propositivo que estimule o processo de mudança das convenções sociais relacionadas a raça/cor, gênero, idade, escolaridade, na discussão das políticas públicas a fim de reduzir as situações de vulnerabilidade e risco social nas quais as pessoas, principalmente mulheres, negras e de baixa renda, são mais afetadas na realidade brasileira. Ao identificar o perfil das pessoas mais atingidas pelas exclusões sociais e discriminações, se aponta a direção para o atendimento das necessidades sociais baseada na proteção social integral e equidade, princípio último das políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

AZEVEDO, L. C. L. **A invisibilização dos marcadores sociais, gênero e raça na geografia da Base Nacional Comum Curricular**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9725>. Acesso em: 19 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. **O SUAS e o enfrentamento da violência**: um caminho para a autonomia e defesa de direitos, na perspectiva coletiva, dialógica e restaurativa. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/DRGD/o-suas-e-o-enfretamento-da-violencia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

BERZINS, M. V.; MERCADANTE, E. F. Piadas de “mau gosto” sobre pessoas idosas: a disseminação do preconceito à velhice. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 23, n. 54, p. 7-18, jul. 2012.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, DF: Ipea, 2008. v. 37. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3994/1/BMT37.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3092/1/Livro_Faces%20da%20desigualdade%20de%20g%C3%aanero%20e%20ra%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 19 set. 2023

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA. **Pesquisa**: percepções sobre o racismo no Brasil. Brasília, DF:

IPEC, 2023. Disponível em: <https://www.ipec-inteligencia.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre o idadismo**. Washington, DC: Organização Pan-Americana da Saúde, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>. Acesso em: 19 set. 2023.

PEREIRA, G. V. **A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte**. 2020. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37621>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, K. V.; LEITE, M. B. O (re)conhecimento dos marcadores sociais da diferença como forma de combate às desigualdades: uma reflexão introdutória em torno do papel da educação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 15-17 out. 2020, Maceió. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68921>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SPOSATI, A. Equidade. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO de verbetes**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/>. Acesso em: 19 set. 2023.



Capítulo 2

Capítulo 2 – Representação nos espaços de participação e controle social do SUAS

Eleonora Schettini M. Cunha¹

Você deve estar curiosa(o) sobre o tema desta nossa reflexão: afinal, por que falar de representação se os espaços institucionalizados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – conselhos e conferências – são de participação e de controle social?

Para esclarecer qualquer dúvida, vamos voltar lá na Constituição Federal, no artigo 204, que trata da organização da assistência social e no artigo 5º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que trata da organização da assistência social. Em ambas está previsto que uma das diretrizes da política é a “participação da população, por meio de *organizações representativas*, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Está destacada a ideia de que a participação deverá ocorrer por meio de organizações que representam a população.

Também no artigo 6º da LOAS está previsto que a gestão da política de assistência social ocorrerá por meio do SUAS, de forma descentralizada (isto é, na União, nos estados e nos municípios, de forma articulada) e participativa. E essa gestão participativa conta com a existência de conselhos de assistência social nos três níveis de governo como instâncias deliberativas do SUAS,

¹ Assistente social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cientista política formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG.

ou seja, espaços nos quais se tomam as decisões mais importantes sobre a política.

Além disso, no artigo 16 da LOAS está estabelecido que esses conselhos serão compostos, de forma paritária, por “conselheiros *representantes* do governo e da sociedade civil” (grifo nosso). Mais uma vez, aparece a ideia de representação, que fica ainda mais evidente quando o artigo 17 fala da composição do Conselho Nacional de Assistência Social, que deve ter *representantes* governamentais e *representantes* da sociedade civil, “dentre *representantes* dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal” (grifo nosso).

Deu para perceber a relação entre participação, controle social e representação no SUAS? As instâncias criadas para possibilitar a participação e o controle social no SUAS são compostas por representantes. Portanto, a participação não ocorre de forma direta, quando qualquer pessoa pode fazer parte, mas de forma indireta, quando algumas pessoas são escolhidas para falar e agir em nome de outras. E, no caso do SUAS, essas(es) representantes devem pertencer a alguma organização que representa os segmentos de trabalhadoras(es), usuárias(os) e entidades socioassistenciais. As(Os) conselheiras(os) de assistência social, assim como as(os) delegadas(os) das conferências de assistência social, portanto, são escolhidas(os) para representar outras pessoas nesses espaços.

Então, o convite é para que a gente possa entender um pouco mais sobre essa importante ação de representar e quais são os pontos principais para se pensar a representação no SUAS!

Um pouco de história...

Em pequenas comunidades, onde quase todo mundo se conhece e convive de forma mais próxima, é possível a gente imaginar processos de discussão e de decisão sobre as questões que interferem na vida coletiva em que a maioria possa participar. Mas quando se pensa em comunidades que vivem em grandes territórios, com milhares de pessoas (e algumas delas nem tão interessadas na vida em comum), fica complicado imaginar um meio em que todas as pessoas possam participar ao mesmo tempo e de forma direta das discussões e decisões que dizem respeito àquela comunidade ou sociedade. Isso foi ficando cada vez mais claro quando as cidades cresceram, os países foram anexando territórios e a vida tornou-se mais complexa, com problemas que cada vez mais impactavam as relações entre as pessoas.

A ideia de representação já existia desde os séculos XIII e XIV, quando a igreja católica reunia representantes das suas congregações em Roma ou quando pessoas da confiança dos reis faziam parte de conselhos que os informavam das demandas da população ou mesmo nos **parlamentos**, quando alguns representantes propunham leis e decidiam sobre elas em nome dos representados.

Parlamentos são assembleias compostas por pessoas eleitas – parlamentares – que exercem o poder legislativo, ou seja, representam as(os) cidadãs(ãos) nas atividades de formular leis e de fiscalizar o poder executivo. No Brasil, o parlamento federal é formado pelo Senado (que representa os estados da federação) e pela Câmara de Deputados (que representa a população), o parlamento estadual é a Assembleia Legislativa e o parlamento municipal é a Câmara de Vereadores.



Mas foi no Século XVIII, quando as ideias relacionadas à democracia foram sendo mais difundidas e a primeira experiência democrática teve início nos Estados Unidos da América (EUA), que a ideia de representação foi tomando corpo, ou seja, a possibilidade de que algumas pessoas fossem escolhidas para falar e agir em nome do “povo”. Afinal a democracia era percebida como um tipo de governo “do povo, pelo povo e para o povo”, como dizia Abraham Lincoln, um dos presidentes dos EUA. E essa foi uma ideia que “colou”! Portanto, na democracia, o “povo” tem que participar da política!

Com o desenvolvimento da democracia em outros países, a ideia de representação foi só ganhando adesão! E por que isso? As democracias, para serem legítimas, precisam contar com a participação de todas as pessoas consideradas aptas a decidir sobre a vida em comum, ou seja, deve haver participação do “povo”. Mas como tornar possível essa participação, em grandes sociedades? Uma forma de resolver isso foi promover a participação por meio das eleições: as pessoas aptas a votar escolhem, por meio de eleições, suas(eus) representantes e governantes. As(Os) representantes eleitas(os) – vereadoras(es), deputadas(os), senadoras(es) – estariam autorizadas(os) pelas(os) demais cidadãs(ãos) a elaborar as leis, assim como (as)os governantes eleitas(os) – presidente(a), governadoras(es), prefeitas(os) – estariam autorizadas(os) a administrar o Estado, fazendo a gestão dos recursos públicos, arrecadados por meio dos tributos, e das ações que são de responsabilidade estatal, como as de saúde, educação, segurança pública, assistência social, transporte, dentre outras. As eleições, portanto, teriam um duplo papel: viabilizar a participação popular e autorizar representantes e governantes a exercerem o poder político.

Essa solução – a participação eleitoral como o meio de escolher as pessoas que irão exercer o poder político – foi

sendo adotada em todos os países que optaram por regimes democráticos, em formatos variados. A história, a cultura, as características das relações sociais, econômicas e políticas de cada país produziram diferenças entre as experiências democráticas. No Brasil, desde que foi proclamada a República, em 1889, teve início a experiência democrática. No entanto, desde então, também vivemos períodos em que a democracia foi interrompida e substituída por regimes não democráticos, autoritários – chamados de ditadura. Nesses períodos ditatoriais a participação popular foi controlada e mesmo proibida e as eleições ficaram comprometidas. Na última ditadura, que durou de 1964 a 1986, o poder legislativo foi fortemente cerceado e controlado, e o poder executivo foi exercido por militares sem a autorização popular por meio eleitoral. Quando ocorreu, o retorno à vida democrática (período chamado de redemocratização) foi percebido como uma oportunidade para criar uma democracia mais dinâmica e participativa.

O processo de redemocratização brasileiro incluiu a elaboração de uma nova constituição federal – a **Constituição Federal** de 1988 – também conhecida como a “Constituição Cidadã”, pois passou a assegurar um conjunto de direitos que antes não eram previstos, como o direito à saúde, à educação, à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, dentre outros.

A Constituição Federal é a principal lei de um país. Ela estabelece como todas as outras leis (chamadas leis ordinárias) devem ser elaboradas, como se organiza o poder político no país (Legislativo, Executivo e Judiciário) e o conteúdo mínimo que as leis devem tratar. Esse conteúdo é aquele que, no momento de elaborar a Constituição, foi considerado como os assuntos mais importantes para o país.



E a Constituição Federal trouxe uma novidade para a representação política: para além dos governos e dos parlamentos, a representação também pode ser exercida pela sociedade civil como meio de efetivar a participação e o controle social, como está previsto no artigo 204 da Constituição Federal, que trata da assistência social. As leis que criaram o Sistema Único de Saúde (SUS), o SUAS e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por exemplo, também criaram espaços próprios para o exercício da participação e do controle social previstos constitucionalmente – os conselhos e as conferências – que são compostos por representantes governamentais e da sociedade civil.

Hoje, várias políticas públicas são planejadas, supervisionadas e avaliadas em espaços como conselhos e conferências. Certamente que essa novidade institucional ampliou muito o número de pessoas envolvidas nos debates e nas decisões sobre as ações públicas, executadas pelos governos ou por organizações da sociedade financiadas com recursos públicos. Só para você ter uma ideia, em 2020 havia 58.208 vagas para vereadoras(es) em todo o Brasil. Imaginando que todos os 5.568 municípios têm conselhos de saúde e de assistência social, cada um com nove membros titulares e nove membros suplentes da sociedade civil (sabemos que há municípios com muitos mais, como é o caso de Belo Horizonte, que tem 40 conselheiras(os) titulares de assistência social!), teríamos 100.224 conselheiras(os) oriundas(os) da sociedade civil, que ainda se somariam às(aos) conselheiras(os) de direitos da criança e do adolescente, de educação, de meio ambiente, de recursos hídricos, dentre outros. As oportunidades de exercer a representação e o poder político se multiplicaram!

Com tantas pessoas exercendo o papel de representantes, parece mesmo importante entender um pouco mais sobre o que é representação. Vamos lá?

O que sabemos sobre a representação política? E sobre representatividade?

A ideia de representar é muito antiga! Nas artes, por exemplo, um pintor representa uma paisagem ou uma pessoa em seus quadros, uma atriz representa uma personagem numa peça teatral, um poeta representa seus sentimentos num poema, uma escultora representa uma pessoa numa escultura... Essas representações tornam presente algo que está ausente, mas que pode ser visto de outra forma, criada pela(o) artista.

No entanto, estamos tratando de outro tipo de representação – a representação política. E hoje já podemos dizer que, no Brasil, há a representação política exercida por parlamentares e governantes, que são autorizadas(os) a representar por meio dos processos eleitorais amplos, que envolvem todas as pessoas aptas a votar. E a representação política exercida por conselheiras(os) e delegadas(os) de políticas públicas, cujo processo eleitoral é restrito, envolvendo as organizações da sociedade relacionadas àquele campo de política.

Como podemos definir o que é a representação política? Muitos estudiosos têm elaborado definições, inclusive a partir das inovações existentes no Brasil. Uma delas, Hanna Pitkin (2006), tem uma definição bem interessante: ela entende que representar é tornar presente algo ou alguém que, de fato, não está presente, bem como agir em nome de pessoas ou de grupos. Essa é uma boa forma de definir a representação política!

E quando falamos de representatividade, o que isso quer dizer? A representatividade é uma qualidade daquela pessoa que representa e tem a ver com a ideia de que essa pessoa pode verdadeiramente falar e agir em nome de outras. A

representatividade, portanto, envolve tanto dar visibilidade a determinados grupos ou segmentos que compartilham identidades, quanto reconhecer vínculos de trajetória, de narrativas de experiências entre quem representa e quem é representada(o), o que significa que há um compromisso entre elas(es). Para haver representatividade, portanto, é necessário que representantes e representadas(os) compartilhem uma identidade e que tenham sido construídos laços baseados nas ideias e nos sentimentos partilhados (o que é conhecido como subjetividades).

No caso dos espaços institucionalizados para a participação e o controle social da assistência social no SUAS (conselhos e conferências), a representação é garantida legalmente ao governo e aos segmentos da sociedade civil previstos na LOAS – trabalhadoras(es), usuárias(os), entidades de assistência social. A representatividade, por sua vez, relaciona-se à identificação das(os) representantes desses segmentos com o projeto político que assegura a assistência social como um direito de cidadania, compromissados e corresponsáveis pela política, orientados pelos valores democráticos tanto no cotidiano da sua organização quanto no âmbito da vida em sociedade, dispostos a manter a assistência social na agenda política no intuito de garantir direitos, tendo um histórico de mobilização e de participação nos diferentes espaços sociais e de participação e controle social do SUAS.

O que é importante para que a representação seja considerada legítima?

Uma vez que a(o) representante irá falar e agir em nome de quem ela(e) representa, como ter certeza de que essa representação é legítima, tem **legitimidade política**?

A **legitimidade política** é uma qualidade relacionada ao exercício do poder político. Ela significa que as pessoas que obedecem a uma autoridade reconhecem, autorizam e aceitam o poder desta autoridade sobre elas, pois foram as próprias pessoas que concederam o poder político à autoridade.



Algumas “pistas” nos ajudam a perceber a legitimidade da representação. A primeira delas é a forma como as(os) representantes foram autorizadas(os) a falar e agir em nome de outras pessoas. Como já foi dito, a autorização ocorre nos processos eleitorais: as pessoas eleitas estão autorizadas a representar outras e essa autorização foi dada pelas(os) representadas(os). No caso da assistência social, a transparência e a forma como são escolhidas(os) as(os) representantes é muito importante!

Uma segunda forma de perceber a legitimidade da representação é conhecida como “representação na perspectiva descritiva”. Isso quer dizer que deve haver alguma semelhança entre quem representa e quem é representada(o). Essa ideia tem ganhado força na medida em que muitas pessoas não se reconhecem nas(os) representantes eleitas(os), cujos marcadores sociais (como raça, gênero, etnia, classe social, origem territorial, dentre outros) são muito diferentes daqueles que caracterizam as pessoas representadas. Com isso, grupos e segmentos sociais que têm sido historicamente excluídos de processos políticos (mulheres, negros, indígenas, dentre outros) devem ter a possibilidade de se representar nos espaços de decisão política.

Para refletir!

Segundo o IBGE, em 2022 a população do Brasil era de 203.062.512 habitantes, sendo 51,1% de mulheres e 48,9% de homens. Em 2023, na Câmara dos Deputados, que reúne as(os) representantes da população brasileira, das(os) 513 deputados federais, somente 93 são mulheres (18% do total). E este é apenas um dos marcadores sociais!



Uma terceira “pista” está no próprio ato de representar. Para quem considera que a(o) representante tem liberdade para falar e agir, mas deve fazer isso de modo a atender ou responder às demandas das(os) representadas(os), o modo como ela(e) age no processo de representação é muito importante para dizer se a representação está sendo legítima. As pessoas representadas podem avaliar se os debates e as decisões estão sendo efetivamente realizados no sentido de expressar suas perspectivas sobre as questões e atender suas necessidades e demandas. Também podem analisar se quem representa se orienta por interesses particularistas ou pelo interesse público, que diz respeito à vida em comum. No caso da assistência social também se pode verificar em que medida os argumentos e decisões se pautam nos princípios, diretrizes e orientações da LOAS e da NOB-SUAS.

Outra “pista” está nos processos de prestação de contas realizados pelas(os) representantes, também conhecidos como *accountability*. As ações desenvolvidas durante o mandato devem ser responsivas, ou seja, atender às expectativas e demandas das(os) representadas(os). Portanto, uma primeira questão é se, quando e como a(o) representante presta contas do que fala e faz, e uma segunda questão é que a prestação de contas deve ser o momento em que

as(os) representadas(os) avaliam o quanto a(o) representante correspondeu às suas expectativas ou o quanto se afastou delas, indicando a possibilidade de ser ou não autorizada(o) novamente a representá-las(os).

Há um debate bem interessante em relação à representação e sua legitimidade que envolve alguns atores que se autodeclaram representantes sem, no entanto, estarem sujeitos à autorização e *accountability*. É o caso de algumas organizações da sociedade civil que agem em nome de outros e mesmo em nome de quem ainda não nasceu, fazendo o que é conhecido como *advocacy* (ou advocacia), defendendo direitos e expondo os problemas que devem ser de preocupação da sociedade e dos governos. Um exemplo é a organização Green Peace que defende e luta por direitos ambientais das gerações presentes e futuras.



Nem toda representação política é democrática! É possível existir espaços de decisão política em que seus membros são escolhidos sem a autorização da população e sem que esses representantes considerem ser importante justificar suas decisões à população.



Como deve ser a relação entre a/o representante e quem ela/ele representa?

Você já deve ter percebido que a representação envolve uma importante relação entre quem representa e quem é representada(o). Há um debate muito antigo sobre como deve ser esta relação. Para algumas(ns), há uma certa obrigação por parte da(o) representante com suas(eus) eleitoras(es),

mas ela(e) deve ser livre para pronunciar seus argumentos e tomar suas decisões, não precisando consultar as pessoas que a(o) elegeram. Isso é chamado de mandato livre.

Já outros pensam que o mandato da(o) representante deve ser exercido sempre em conformidade com as instruções de quem ela(e) representa (o chamado mandato imperativo). Ou seja, a(o) representante deve expressar o que as(os) representadas(os) determinam e consultá-las(los) a cada decisão que deve tomar. Essa é uma ideia que foi muito forte lá no século XVIII, quando as experiências de representação se iniciaram, mas perdeu força com o tempo. No entanto, ela continua importante quando se pensa na chamada “crise da representação”, em que muitas pessoas não se veem representadas por aquelas(es) que ocupam os espaços da política formal (parlamentos, governos, partidos etc.) justamente porque agem livremente, sem considerar o que pensam e desejam as(os) representadas(os).

Há, ainda, outra visão que envolve as duas ideias anteriores: as(os) representantes devem ter liberdade para debater e decidir, mas devem estar atentas(os) em responder as demandas de quem representam, pois devem fazer o melhor para as(os) representadas(os). E quando suas palavras e ações forem diferentes ou contrárias àquilo que as(os) representadas(os) pensam ou desejam, ela(e) deve justificar-se, pois isso pode decorrer do fato de que, por estar em contato com outras(os) representantes, tenha ouvido e conhecido outras perspectivas que alteraram seu modo de perceber alguma questão.

Portanto, num tipo de relação responsiva, em que a(o) representante deve estar atenta(o) às necessidades e demandas das(os) representadas(os), inclusive justificando-se quando falar e agir de forma que possa contrariar interesses e demandas de quem representa, esta relação deve ser

contínua e de longo prazo. Com isso, há a possibilidade de fortalecimento dos vínculos entre elas(es), da confiança mútua, da troca de informações e conhecimentos, da construção de uma relação que seja de corresponsabilidade e compromissos mútuos.

Quais os debates mais atuais sobre a representação

Um primeiro debate é de valorização da representação, pois muito se fala de participação e da sua importância para a democracia. A participação direta das pessoas nos processos de debate e de decisão sobre a vida em comum, nos dias atuais, tem se mostrado muito complexa. Sabe-se que este tipo de participação envolve muitos recursos (tempo, disposição, informação, conhecimento, dentre outros) e nem toda pessoa pode ou deseja participar. Portanto, a representação poderia resolver esse problema, na medida em que algumas pessoas estão autorizadas a debater e a decidir pelas demais. Nessa perspectiva, a representação não exclui a participação, pois é por meio da participação na autorização que a representação se legitima. Além disso, os demais espaços de participação social permanecem valorizados.

Um segundo debate é sobre a complementaridade entre representação e participação. Os espaços institucionalizados de representação (parlamentos, governos, conselhos, conferências etc.) podem e devem estar conectados a espaços sociais de mobilização social e de participação que existem na sociedade, como os movimentos sociais, os coletivos, as organizações da sociedade civil, os fóruns, as redes sociais, dentre outras possibilidades. Essa conexão, inclusive, pode ser fonte de legitimação de representantes,

que estabelecem uma relação contínua com as(os) representadas(os) nesses espaços sociais.

Outro debate é sobre a diferença da representação exercida por parlamentares e governos, que são eleitas(os) para representar a população de um determinado território (município, estado, nação) e a representação exercida pelas organizações não governamentais, que mobilizam pessoas que compartilham a mesma identidade em defesa de uma determinada visão do que é o bem comum. Nesses casos, elas não têm, necessariamente, uma base territorial, mas interesses, opiniões e demandas que são compartilhados e que desejam colocar em público. Nas democracias contemporâneas multiplicam-se grupos de pessoas que se organizam e se mobilizam em prol de pautas como o combate ao racismo, à exploração sexual de crianças e adolescentes, o respeito à diversidade, enfim, vários temas que não são de âmbito territorial. Mais uma vez, a possível conexão entre organizações e as(os) representantes governamentais e parlamentares é vista como um aspecto que pode ser muito bom para as democracias e para a própria ação de representar.

Um debate importante está relacionado às desigualdades (de gênero, raça, etnia, faixa etária, território etc.) que interferem na possibilidade e no exercício da representação. Esse debate parte de duas constatações: a de que amplos grupos e segmentos sociais não estão ocupando os espaços de representação formal (como mulheres, pessoas negras, indígenas LGBTQIAPN+², dentre outros) e a de que quem ocupa esses espaços toma decisões que não levam em conta as desigualdades que têm estruturado a sociedade. Portanto, o debate afirma a importância da presença das chamadas minorias (não são minoria em termos de número,

² LGBTQIAPN+ = lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queers, intersexuais, assexuadas, pansexuais, pessoas não binárias e demais possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual.

mas de representação) nesses espaços, inclusive advogando a reserva de vagas para que isso seja garantido.

Outro debate importante é quanto à representação exercida em conselhos e conferências. Ele soma todos os debates anteriores na medida em que envolve aspectos como a autorização para o exercício desta representação, a conexão necessária com os espaços sociais (movimentos sociais, coletivos, fóruns etc.), a representação temática que está presente nesses novos espaços (e que pode estar articulada com a representação territorial dos parlamentos e dos governos), o cuidado com a inclusão, de modo que não se reforcem as desigualdades existentes.

E como é exercida a representação no SUAS-BH?

A cidade de Belo Horizonte conta com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS-BH) desde 1996 (Lei Municipal nº 7.099, de 27 de maio de 1996, atualizada pela Lei Municipal nº 10.836, de 29 de julho de 2015), órgão colegiado e deliberativo, de caráter permanente e vinculado ao órgão responsável pela política de assistência social no município, ou seja, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

O CMAS-BH é paritário (ou seja, tem metade dos membros do governo e metade da sociedade civil) com 40 membros titulares, sendo 20 representando o governo e 20 representando a sociedade civil – usuárias(os), entidades e organizações de assistência social e trabalhadoras(es). Além deles, há 40 membros suplentes, que têm o papel de substituir os titulares nas suas faltas ou ausências. As(os) representantes governamentais são indicadas(os) pelo governo, que foi autorizado a representar

as(os) cidadãs(ãos) por processo eleitoral e delega esta representação a alguns membros à sua escolha. As(os) representantes da sociedade civil são eleitas(os) em foro próprio, por segmento, em processo organizado pelo CMAS-BH. O mandato das(os) conselheiras(os) é de dois anos, podendo ser reconduzidas(os) ou reeleitas(os) para mais dois anos.

A lei, em seu artigo 30, considera que as(os) representantes das(os) usuárias(os) são pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, eleitas para qualquer Conselho Regional de Assistência Social, em fóruns regionais. A representação de entidades e organizações de assistência social ocorre por meio de entidades de atendimento, de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos, devidamente inscritas no CMAS-BH. A representação de trabalhadoras(es) deve ser realizada por “trabalhador do Suas-BH vinculado a entidade ou organização de trabalhadores do setor, tais como associações de trabalhadores municipais, sindicatos e conselhos regionais de profissões regulamentadas, que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam na Política de Assistência Social”.

Além do CMAS-BH, Belo Horizonte conta com os Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS). Eles foram regulamentados pela Resolução CMAS-BH nº 34, de 30 de dezembro de 2020, que criou nove CORAS, um para cada Região Administrativa da cidade. Os CORAS são instâncias de caráter consultivo, que promovem a participação e o controle social de usuárias(os) no âmbito regional, por meio de encontros, colaborando com a organização das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), contribuindo com o CMAS-BH no controle social, propondo agendas ao conselho municipal, encaminhando manifestações das

CLAS ao CMAS-BH, dentre outras ações. Os CORAS são compostos por representantes de usuárias(os), trabalhadoras(es) e entidades. As(Os) representantes têm direito à voz e ao voto, sendo que outras pessoas presentes às reuniões têm direito à voz.

A mesma resolução CMAS-BH n° 34, de 30 de dezembro de 2020, também instituiu e regulamentou o funcionamento das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS). Elas podem ser criadas vinculadas a qualquer unidade do SUAS ou a algum serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial, inclusive em territórios onde não haja Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As CLAS têm caráter consultivo e abrangência local, com o objetivo de promover a participação de usuárias(os) da política de assistência social, bem como de outras pessoas interessadas. Elas podem ser criadas por iniciativa de usuárias(os), colaboradoras(es), moradoras(es) do território. Destaca-se seu papel de mobilizar usuárias(os) para planejar ações de assistência social, monitorar a política, propor pautas, enfim proporcionar a participação e o controle social no âmbito de sua atuação.

Há uma diferença bem interessante entre os CORAS e as CLAS: os CORAS são compostos por representantes e as CLAS possibilitam a participação direta de usuárias(os) das ações da assistência social, de lideranças comunitárias, de quaisquer cidadãs(ãos) interessadas(os), inclusive colaboradoras(es) e convidadas(os). As reuniões das CLAS são abertas e, para acontecerem, devem ter maioria simples (metade mais um) de usuárias(os), que também devem coordenar as reuniões, podendo contar com assessoramento de colaboradoras(es).

Para articular esses espaços, o CMAS-BH tem uma Comissão de Acompanhamento dos CORAS e das CLAS,

que deve acompanhar suas atividades e assessorá-los sempre que for demandado. Pelo menos uma vez por ano, deve ser realizada uma reunião ampliada dos CORAS, para avaliar como CORAS e CLAS estão funcionando e debater temas que são importantes para esses espaços. Também os CORAS podem realizar reuniões ampliadas das CLAS de sua regional, com os mesmos objetivos. Além do apoio do CMAS-BH, os CORAS e as CLAS contam com o apoio administrativo e o assessoramento técnico do órgão gestor.

Você percebeu como a assistência social, em Belo Horizonte, possibilita vários espaços de participação e de controle social? E como eles estão interligados? É interessante observar que, dentre eles, as CLAS possibilitam a participação direta de todas as pessoas interessadas, sendo que nos CORAS e no CMAS-BH ocorre a representação. Uma representação que busca vincular esses espaços, pois eles se conectam de várias formas, o que tanto pode gerar legitimidade quanto responsividade das(os) representantes.

Ampliando o diálogo...

Você, que é conselheira ou conselheiro, que já foi delegada ou delegado em conferências ou que deseja ser representante do seu segmento nos espaços do SUAS, já tinha refletido sobre esse importante papel?

Quais são as dificuldades que você encontra para ser representante? Como superá-las?

E você, que é representada(o), o que espera e deseja de quem te representa? Como fazer esse desejo acontecer?



Quer aprender um pouco mais?

ALMEIDA, D. R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 175-199, 2014.

ALMEIDA, D. R.; CUNHA, E. S. M. Sociedade civil e representação nas arenas deliberativas da Assistência Social no Brasil. *In*: LASA'S INTERNATIONAL CONGRESS, 31., 29 May-1st June 2013, Washington, DC. **Proceedings** [...]. Pittsburgh: LASA, 2013.

CAMPOS, E. B. Representação e representatividade: desafio crucial para o controle social. *In*: REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 239., 17 nov. 2014, Salvador. Anais [...] Brasília, DF: CNAS, 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE. **Orientações do CMAS-BH sobre o funcionamento e realização das reuniões dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS)**. Belo Horizonte: CMAS-BH, 2023.

PITKIN, H. Palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.



Relatos de experiências

1. Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH: acolhimento, luta e outra forma de organização política no âmbito do SUAS

Rafaela Pereira dos Santos¹,
Ana Cláudia Rosa Pimenta de Mattos²,
Josiane Cecília Ferreira Agapito³,
Carlos Eduardo Firmino⁴,
Vinicius Quiroga Mendoza⁵

Introdução

O presente relato visa apresentar o Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH, organização coletiva política

-
- ¹ Graduada em Serviço Social e especialista em Cidadania e Direitos Humanos no contexto das políticas públicas, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atua como analista social no Abrigo Municipal Granja de Freitas.
- ² Assistente social, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal e em Gestão do SUAS. Integrante do Coletivo Trabalhadoras Negras do UAS-BH.
- ³ Psicóloga, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, especialista em Políticas Públicas e Projetos Sociais, Gestão do Sistema Único de Assistência Social, Psicologia Social e Criminologia. Integrante do Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH.
- ⁴ Psicólogo, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, especialista em Teoria Psicanalítica, Especialista em Direitos Humanos. Integrante do Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH.
- ⁵ Psicólogo, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, especialista em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, e em Políticas Sociais e Seguridade. Integrante do Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH.

constituída recentemente no município de Belo Horizonte (BH). A intenção é que esse espaço, além de ser um fórum no qual seja organizado um conjunto de pautas políticas e de defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), também se constitua como um local de *acolhimento* entre negras e negros. Embora conte com a participação de homens em sua composição, optamos pelo nome *Coletivo Trabalhadoras Negras...* por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato de que as mulheres são maioria tanto no Coletivo quanto no SUAS-BH (75%)⁶. O segundo, e não menos importante, tem a ver com a necessidade de evidenciar o debate de gênero e o enfrentamento do machismo. Associar o debate racial à questão de gênero, em que pesem as noções acadêmicas tão utilizadas em nosso discurso, ainda se mostra como um verdadeiro desafio à experiência prática.

Ao longo do presente relato, apresentaremos um breve histórico acerca da constituição do coletivo, a sua organização, os movimentos até então realizados, bem como os desafios e perspectivas que temos de horizonte.

Antecedentes históricos e constituição

A identificação de que a questão racial não vinha sendo devidamente pautada na política de assistência social em Belo Horizonte, que havia pouco espaço para diálogos e debates sobre os atravessamentos e agravos do racismo, do preconceito e das discriminações no cotidiano de trabalho, é anterior às discussões e construções da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social. De forma institucional, a implementação de um módulo formativo sobre Raça e

⁶ Informações do Plano Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte 2022-2025.

Gênero, incluído na Capacitação Introdutória⁷ e conduzido por trabalhadoras e trabalhadores negras e negros, bem como a elaboração de relatórios técnicos sobre essa ação, foi responsável por manter esse debate em pauta, ainda que no âmbito da Educação Permanente.

Ao longo da última década, outras estratégias de organização de eventos, seminários e constituição de grupos de estudos e reflexão foram estabelecidas, ainda que de forma isolada, por trabalhadoras(es) negras(os) e por outras(os) que apoiavam a pauta antirracista. Ainda que corramos o risco de nos esquecer de alguma, vale a pena citar como exemplo as estratégias organizadas pelo Grupo de Mulheres Negras e pelo grupo de estudo sobre a “temática” racial⁸, ambos na regional Barreiro, e o debate produzido por colegas de distintas regionais no Circuito das Juventudes Negras, um dos circuitos produzidos no âmbito do Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Apesar dos esforços realizados ao longo dos últimos anos, a questão racial, a nosso ver, nunca obteve a centralidade no debate do SUAS-BH⁹. No máximo, assumida como

⁷ Organizada pela Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS-BH, a GGTEP, a capacitação introdutória tem sido direcionada aos três percursos formativos previstos na Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), a saber: Gestão do SUAS, Controle Social e Provimento.

⁸ Evitamos ao máximo a palavra “temática” para se referir aquilo que é próprio das experiências de vida. Isso porque quando falamos da temática racial, da temática gênero, da temática LGBTQUIAPN+, como objetos de capacitação ou de debates, o que está em jogo é a vida de cada uma das pessoas que vivenciam situações de opressão. Assim, não escrevemos aqui sobre uma temática e sim sobre aquilo que cada uma/um de nós experimenta nas suas vivências singulares e particulares do racismo.

⁹ Vale lembrar que, em 2017, foi realizada a Conferência Setorial de Igualdade Racial, no bojo da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social. Ainda assim, os debates e as deliberações ali pouco efeito tiveram na dinâmica da política de assistência social em Belo Horizonte.

um tema transversal, o que, no limite, a tornava diluída e sem repercussão prática nas construções do Sistema no município¹⁰.

Em 2023, o lema da 15ª Conferência Municipal “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão” tornou-se o grande catalisador dos debates sobre a questão racial e de gênero no SUAS-BH. É nesse contexto, de preparação do lema, de participação em atividades nas regionais, de ampliação do debate em torno do machismo e do racismo que o Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH (CTN) é fundado (maio de 2023).

O CTN reúne trabalhadoras(es) das equipes de referência de Belo Horizonte, com distintas funções, níveis de escolaridade, formações profissionais e vínculos empregatícios. O Coletivo é *uma outra forma de organização dentro da lógica do SUAS*. Por ser composto por trabalhadoras(es) em distintas funções, incluindo aquelas de chefia, direção e assessoramento, não se aplica à tradicional separação que faz parte dos processos de organização das representações nas instâncias de participação e de controle social.

Ora, não se trata, em sentido estrito, de uma organização que representa a sociedade civil e, ao mesmo tempo, também não diz respeito à representação governamental. Talvez, se aproxime um pouco das chamadas frentes que existem país afora que, por se organizarem em torno de uma pauta comum, congregam sociedade civil, governamentais,

¹⁰ Recentemente, em 2021, foi instituída, no âmbito do Núcleo Municipal de Educação Permanente (NUMEP), a Comissão de Estudos Étnico-Raciais e de Gênero (CERG). Essa comissão, parte da Estrutura de gestão democrática e participativa do SUAS-BH, produziu algumas recomendações, referendadas pelo pleno do NUMEP, referentes à pauta racial e de gênero, tais como a elaboração de referências bibliográficas para concursos públicos no SUAS-BH e a organização das ações de Educação Permanente.

congressistas, sindicatos, entre outras organizações coletivas. No entanto, o que nos interessa, o que nos une, em específico, é o fato de que somos trabalhadoras e trabalhadores negras e negros. E, neste momento, para a experiência no âmbito do SUAS-BH, nos apresentamos como vanguarda, algo de certo modo disruptivo para a divisão sociedade civil/governo.

E como já dissemos, trata-se de um espaço de acolhimento e de organização política de trabalhadoras e trabalhadores negras e negros do SUAS-BH para proposição de ações de promoção e politização racial na política pública de assistência social. O acolhimento aqui faz menção a vários sentidos que se complementam: acolhida, recepção, abrigo, refúgio. Isso porque, cada uma(um) de nós, negras e negros que atuam no SUAS-BH, vivencia as experiências do racismo, discriminações e preconceitos, mas encontra pouca possibilidade de dizer a respeito. Nesse sentido, a constituição de um lugar para acolher essa experiência, um espaço de acolhimento propriamente dito, faz parte de nossa organização. Assim, via de regra, em nossas reuniões temos tido momentos para que possamos contar um pouco de nossas experiências pessoais e coletivas.

Organização

A organização inicial se deu por meio de convites feitos pessoalmente e a criação de um grupo de WhatsApp. No dia 8 de maio de 2023, ocorreu a primeira reunião ampliada do Coletivo, no formato virtual. Após a reunião, foi proposta a construção de uma carta de apresentação do Coletivo e de seu conjunto de pautas para ser entregue à Subsecretaria de Assistência Social (SUASS). Desse modo, a construção se

deu de forma coletiva, as pessoas que integravam o grupo foram contribuindo com suas vivências e percepções por meio do fazer profissional no SUAS-BH.

A primeira aparição e apresentação em público do Coletivo se deu no encontro promovido pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH) com trabalhadoras(es) do SUAS-BH que ocorreu no fim do mês de maio. Na ocasião, foi feita a leitura por algumas companheiras do poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo, e a carta foi entregue ao representante da SUASS presente no evento. Posteriormente, a carta também foi encaminhada via e-mail diretamente para o subsecretário e nos colocamos à disposição para o diálogo.

A carta continha a apresentação do CTN e um conjunto de pautas, dentre as quais se destaca a defesa pela garantia da institucionalidade do debate das questões raciais no âmbito do SUAS-BH. No documento, defendemos que, só a partir da garantia de um locus na estrutura da SUASS, que tenha como objeto o combate às opressões vinculadas à raça/cor, ao gênero e às sexualidades, e com a construção de planos e projetos, será possível trazer, para o SUAS-BH, a centralidade proposta pela 15ª Conferência Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, o texto apontava que, a partir dessa estrutura, será possível, por exemplo: a) produzir orientações técnicas para o trabalho realizado no provimento de serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais, Cadastro Único e Transferência de Renda que levem em consideração o combate às opressões citadas acima; b) orientar, em conjunto com a Gerência de Vigilância Socioassistencial (GVISO), e outras áreas da gestão regional e do órgão gestor do SUAS-BH, o adequado preenchimento do quesito/raça cor, incluindo aqui oficinas e demais estratégias educativas

para trabalhadoras e trabalhadores; c) realizar articulações intersetoriais para o enfrentamento do racismo, do machismo, do capacitismo¹¹, da LGBTfobia¹², entre outros agravos e violências que incidem nas situações de proteção e desproteção; d) produzir estudos e diagnósticos; e e) constituir grupos de trabalho descentralizados para ações continuadas de acordo com as necessidades e especificidades dos serviços e territórios.

Movimentos e construções

Com o envio da carta, o CTN foi convidado para uma reunião com o Gabinete da SUASS. Nessa reunião, o grupo pôde apresentar suas propostas, destacando a necessidade da institucionalidade da questão racial no âmbito do SUAS-BH, com a defesa de que essa se daria por meio da criação de uma coordenação. Posto isso, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho (GT) destinado a pautar as opressões de raça, cor e gênero dentro da estrutura da SUASS. Para tanto, o grupo foi convidado, pelo Gabinete da SUASS, a participar da construção, em conjunto com a Diretoria de Gestão do SUAS (DGAS), de uma proposta de portaria cujo objeto era a instituição do referido GT.

Para a construção da Portaria, foram realizadas duas reuniões, contando com a participação de membros da DGAS e de parte do Coletivo. Nessas agendas, foi possível ressaltar o conjunto de pautas iniciais e estruturar minimamente as ações

¹¹ **Capacitismo** – atitudes que discriminam ou evidenciam preconceito social contra pessoas com deficiência e que as colocam como inferiores a outras pessoas.

¹² **LGBTfobia** – atitudes e sentimentos negativos, discriminatórios ou preconceituosos em relação às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queers, intersexuais, assexuadas, pansexuais, pessoas não binárias e demais possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual (LGBTQIAPN+).

pretendidas na prevenção e combate às opressões de raça, cor e gênero, pautando-se numa dimensão interseccional. Em paralelo a essas reuniões, o Coletivo realizou reuniões internas para repasses das articulações políticas tecidas com a SUASS, discussão e aprovação de novos encaminhamentos e organização de nossa participação na 15ª Conferência.

O CTN também foi convidado para participar do encontro de lançamento do Grupo de Trabalho Intersectorial (GTI) da Política Municipal do Cuidado. Nesse encontro, evidenciamos, em nossas falas, a tendência de a questão racial ser diluída em meio a outras pautas. Essas são igualmente relevantes, contudo, a questão racial demanda uma atenção especial por ter sido historicamente ignorada e marginalizada. Vale sempre ressaltar que a construção deste país foi feita a partir do genocídio dos povos originários e do trabalho de pessoas negras escravizadas. Como efeito dessa história, o racismo é o elemento fundamental de toda a experiência social brasileira, incluindo aqui as desproteções e as diversas expressões da questão social, campo no qual atua a Assistência Social. É importante frisar que iremos compor, como colaboradoras e colaboradores, o GTI, contribuindo, portanto, para o destaque da questão racial e de gênero no contexto das práticas de cuidado.

Tendo em vista o lema e a nossa incidência política, o CTN foi convidado a compor a mesa de abertura da 15ª Conferência. Também para este momento, considerado tão importante, o grupo se organizou internamente e produziu uma *logo* (com o ideograma africano *sankofa*) que expressasse, por meio da imagem, as intenções da formação do Coletivo. Além disso, confeccionamos camisas e bandeiras e marcamos a nossa presença na conferência de forma potente.

Como resultado do movimento organizado pelo coletivo, e pela sensibilidade demonstrada com a pauta, por parte do

Subsecretário José Crus, do Diretor Lúcio Tolentino e sua equipe, da Secretária Rosilene Rocha, ainda na abertura da 15ª Conferência, foi assinada a Portaria SMASAC nº 131¹³, ato que instituiu o “Grupo de Trabalho de coordenação e fomento às ações e atividades de combate aos preconceitos e discriminações e às opressões de raça/cor e de gênero, no âmbito do SUAS-BH”. Compõem o GT representantes governamentais, representantes da sociedade civil organizada e o Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH.

Perspectivas

Posto isto, alguns questionamentos permeiam nosso coletivo. O primeiro diz respeito aos efeitos do racismo que, embora já acostumados a vivenciar, segue nos surpreendendo. Ao mesmo tempo em que ocupamos um papel de destaque na 15ª Conferência, dadas as incidências realizadas, houve tentativas de minimizar o debate ou nos tornar invisíveis. Algumas perguntas para pensar: como sustentar o espírito da constituição do grupo e da carta, tendo tido avanços tão rápidos? Com a referida exposição, como sustentar a organização do coletivo e realizar a inclusão e o acolhimento de novas pessoas? E as pessoas brancas antirracistas que têm demandado integrar o coletivo? Como acompanhar e garantir a efetivação das pautas propostas inicialmente?

Respostas prontas não temos. É caminhando que se faz o caminho. Ainda estamos em processo de construção e de desconstrução, se assim for preciso. O que temos de certo é exatamente o que nos uniu: a necessidade de acolhimento entre nós pessoas negras e trabalhadoras do

¹³ A referida Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM) em 15 de julho de 2023.

SUAS-BH, além da identificação de que a questão racial já passou da hora de ser de fato pautada. As opressões advindas do racismo, da misoginia e do machismo devem ser enfrentadas e combatidas. Porém, não podemos parar por aí; há algo maior. Não dá mais para continuar reproduzindo o discurso de que no Brasil existe uma democracia racial, pois tal reprodução vai ao encontro do pacto da branquitude e o reforça. Não basta simplesmente estabelecer como lema de uma conferência que “o SUAS tem raça, cor, gênero e classe...”. Devemos construir ações efetivas, e continuadas, de prevenção e combate aos preconceitos, discriminações e às opressões relacionadas aos marcadores supramencionados, assim como a proposição de ações afirmativas dentro do SUAS.

O Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH avalia que obteve grandes avanços em tão pouco tempo de formação. Isso se deu mediante nossa capacidade de organização para a luta, pois falar de racismo é falar das nossas vivências, de algo que nos atravessa diretamente. Tudo isso torna o debate mais dolorido e sensível. Talvez, isso justifique o fato de sermos nós, pessoas negras, as que sempre estão cobrando e estão na linha de frente do debate racial. No SUAS-BH não tem sido diferente.

Consideramos que todos os espaços que ocupamos até esse momento, a construção da Portaria SMASAC nº 131 e a nossa própria constituição enquanto **coletivo** já se apresenta como um grande ato de resistência, mas não nos coloca numa “zona de conforto”. Reconhecemos a potência de ter ocupado esses lugares. Reconhecemos a importância da instituição do GT, contudo, temos muito o que avançar. Nossa sobrevivência se dá em meio a um cenário que, às vezes, parece favorável, porém não podemos esquecer que os fantasmas da escravização e da opressão racial estão

presentes na realidade brasileira. Diante disso, vamos continuar resistindo, ocupando os lugares que teimam em não nos permitir ocupar e denunciando, debatendo e colocando em pauta o racismo à brasileira. **A mordaza nós já arrancamos e não vamos continuar permitindo que nada mais nos cale.** Para finalizar: é um caminho sem volta.

2. Experiência de participação popular nos espaços CLAS e CORAS

Barreiro: relato sobre o uso de recursos estratégicos pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional

Barreiro para mobilização das usuárias e dos usuários do SUAS

Claudia Marcia Gonçalves¹

Maria de Assis Salgado²

Suélem Cabral Caetano Araujo³

¹ Assistente social há 28 anos, analista de políticas públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte há 9 anos, atualmente na Coordenação de Proteção Social e Cidadania do Barreiro. Com vasta experiência em Controle Social. Graduada em Serviço Social pela PUC Minas em 1995, pós-graduada em Violência Doméstica pelo Centro Dom Alberto (2022), em Gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social pela Universidade Cândido Mendes (2020), em Gestão em Serviços Sociais e Políticas Públicas pela FASEL (2012), e em Trabalho, Políticas Sociais e Coletividade pela FACL (2019).

² Assistente social com 20 anos de experiência, atuando como analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte há 9 anos, desempenhando o trabalho no Serviço de Proteção Social Básica na Regional Barreiro. Além disso, com experiência em CRAS e CREAS. Graduada em Serviço Social pela PUC Minas, concluindo a formação em 2003. Ao longo dos anos, aprimorando habilidades através de pós-graduações, incluindo Instrumentalidade do Serviço Social em 2020, especialização em Violência Doméstica pela Faculdade Dom Alberto em 2022, e especialização em Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) pela FAVENI em 2021. Além disso, em 2022, ela também obteve uma especialização em Trabalho Social com Famílias, novamente pela Faculdade Dom Alberto.

³ Assistente social há 13 anos. Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte há 10 anos. Trabalhadora do SUAS no Serviço de Proteção Social Básica na Regional Barreiro. Também tem experiência de atuação em CRAS e CREAS. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009) e mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET MG (2018). Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa (2015), em Instrumentalidade do Serviço Social pela FASE (2016), e em Políticas Sociais pela FACL (2019).

Introdução

A participação da sociedade civil nos processos decisórios é imprescindível para que o controle social aconteça de forma democrática, e para o bom andamento das políticas públicas, com vistas ao fortalecimento da cidadania. Assim, na realidade do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS-BH), temos os espaços das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e do Conselho Regional de Assistência Social (CORAS), como importantes estratégias de mobilização e participação das(os) usuárias(os).

Sabe-se que fomentar tal processo é sempre um desafio, tendo em vista a necessidade constante de divulgação das informações, sensibilização das(os) usuárias(os) para discussões/temáticas que vão ao encontro de suas demandas, além de garantir seu engajamento e assiduidade nestes espaços de participação. Então, considerando a realidade da CLAS executada pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional (SPSBR) Barreiro e também o CORAS, apresentamos a experiência que tivemos no fortalecimento desses espaços para a promoção da participação popular, sobretudo, no primeiro semestre de 2023 e durante o período de preparação para a Conferência Municipal de Assistência Social.

Desde que foi implantada a CLAS na Regional Barreiro, sempre vivenciávamos o desafio de ampliar a adesão das(os) usuárias(os) nesse espaço. E tal desafio aumentou no ano de 2020, durante o período de restrição sanitária, imposto pela pandemia de covid-19, uma vez que nossos encontros tornaram-se virtuais. Por isto, com o objetivo de manter ativo o debate sobre a política de assistência social, a CLAS da regional Barreiro rapidamente se adaptou às ferramentas digitais e realizou suas primeiras reuniões de forma virtual.

Observou-se que a facilidade de conexão proporcionada pelas diversas plataformas virtuais, permitiu que mais pessoas pudessem participar das discussões sem se preocupar com barreiras sanitárias, geográficas ou deslocamento. Mesmo que de forma virtual, a participação manteve-se ativa durante todo o ano de 2020 e de 2021 até os primeiros meses de 2022.

No entanto, ao retomarmos os encontros presenciais, em maio de 2022, houve queda na participação das(os) usuárias(os) e tivemos que repensar as estratégias de mobilização para garantir a sua participação na CLAS e no CORAS. Sendo que tal resultado pode ser conferido apenas no ano de 2023, em que, após algumas intervenções específicas, que serão descritas mais adiante, percebemos um aumento da participação das(os) usuárias(os), demonstrando um novo comportamento quanto ao reconhecimento desses espaços como um lugar de debate, reflexão e proposição para a melhoria das ofertas do SUAS-BH.

Ressalta-se que o empoderamento de usuárias(os) tem sido uma das maiores conquistas dessa mobilização. Avalia-se que a partir do acesso a informações e o fomento ao debate sobre suas próprias demandas e direitos, elas(es) têm ganhado maior consciência do papel ativo que podem desempenhar na formulação e no planejamento da política socioassistencial. Essa capacitação tem se refletido no crescimento do grupo e em seu engajamento nas reuniões, com uma maior presença de usuárias(os) e uma participação mais proativa.

Verifica-se que a adesão e a participação ativa que as(os) usuárias(os) têm experimentado se traduzem na melhoria da assiduidade e frequência das(os) participantes em cada reunião de CLAS realizada no primeiro semestre de 2023. É importante destacar que tal progresso é o resultado direto

do esforço conjunto da equipe do SPSBR em promover a mobilização dessas(es) usuárias(os), através de diversas estratégias. Dentre elas, destacamos a mobilização por meio de convites impressos para a reunião da CLAS, que são entregues em todos os atendimentos e atividades coletivas que realizamos. E também através do contato telefônico, bem como por meio de um grupo de WhatsApp, exclusivo dos participantes da CLAS Regional, mecanismo através do qual são compartilhadas informações com o objetivo de fortalecer a participação, o controle social e a gestão participativa em nosso território de atuação.

Desde o início dessa iniciativa, percebeu-se que utilizar o aplicativo do WhatsApp foi uma escolha acertada, pois tal ferramenta tem sido eficaz para estabelecer uma comunicação rápida e direta com as(os) usuárias(os). O grupo se tornou um espaço valioso para compartilhar informações sobre as reuniões, pautas de discussão, materiais relevantes sobre o SUAS-BH e também para manter um diálogo constante entre todas(os) as(os) participantes. Observa-se que nossa forma de convidar as(os) usuárias(os) para a CLAS ficou mais acessível e ampliou seu potencial de alcance, uma vez que as(os) próprias(os) participantes do grupo também compartilham o convite com outras pessoas e usam o espaço do grupo para tirar dúvidas.

Ao longo dos encontros da CLAS tem sido perceptível a mudança no comportamento do grupo de participantes, que se mostra cada vez mais apropriado sobre quais são as ofertas do SUAS-BH, bem como sobre a importância da participação nos espaços de deliberação e fiscalização, como o Conselho Municipal de Assistência Social e as Conferências. Vale destacar que já tivemos encontros em que as(os) próprias(os) usuárias(os) assumiram a condução da reunião (Figura 1), o que representa um marco importante

em nossa jornada de mobilização e educação popular, pois isso é resultado de nossas estratégias de empoderamento e protagonismo para que as(os) usuárias(os) assumam o espaço da CLAS e Coras enquanto seus. Nota-se, cada vez mais, que elas(es) passaram de meras(os) ouvintes para agentes transformadoras(es), com voz ativa nas discussões, apresentando suas ideias, sugestões e críticas construtivas.

Figura 1 – Usuária conduzindo reunião da CLAS



Fonte: Autoras do relato.

Tal evolução tem contribuído também para que as(os) usuárias(os) ampliem seu olhar sobre o papel das diversas políticas setoriais e consigam separar qual a função de cada uma, focando o debate nas demandas e reivindicações que são pertinentes à política de assistência social. Esse entendimento permite que elas(es) estejam mais preparadas(os) para se envolver nos espaços de debate e participação popular de maneira significativa, representando suas comunidades de forma legítima e propositiva.

É importante também contextualizar que, com a aproximação da Conferência Municipal da Assistência Social, no espaço da CLAS foram organizadas reuniões

preparatórias para debater o tema «O SUAS que temos, o SUAS que queremos», observando ainda o lema estabelecido pelo SUAS-BH “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: Não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão!”. E tais reuniões tiveram como objetivo principal ampliar a participação das(os) usuárias(os) e discutir os eixos temáticos da conferência de forma mais abrangente.

Figura 2 – Estratégia de recurso: realização de dinâmica em grupo para reflexão sobre os eixos temáticos da Conferência



Fonte: Autoras do relato.

Figura 3 – CLAS: encontro preparatório da Pré-Conferência



Fonte: Autoras do relato.

Destarte, as reuniões preparatórias foram marcadas por um debate democrático e uma maior compreensão das(os) usuárias(os) quanto aos eixos temáticos propostos. E nos três encontros preparatórios que antecederam a Pré-Conferência Municipal de Assistência Social realizada na regional Barreiro, a discussão sobre a política de assistência social foi enriquecida com diferentes perspectivas, experiências e vozes, abordando questões de cor, raça, classe, gênero, diversidade e inclusão. E o resultado disto foi que na Pré-Conferência e na Conferência Municipal de Assistência Social, destacou-se o respeito à pluralidade de ideias, mas focou-se nas demandas do SUAS, o que contribuiu para uma construção de propostas mais diretas e qualificadas. Algo inédito na avaliação da equipe, pois no espaço conferencial, sempre tínhamos que lidar com o desafio de desmistificar demandas e propostas trazidas pelas(os) usuárias(os) que eram pertinentes a outras políticas setoriais.

É importante ressaltar que, para este momento preparatório da Conferência, diversas estratégias foram utilizadas, como a criação de convites personalizados e motivadores para que as(os) usuárias(os) participassem das reuniões da CLAS e, principalmente, da Conferência Municipal de Assistência Social. Os convites destacavam a importância da participação ativa das(os) usuárias(os) nessas instâncias de decisão. Também foi oferecido atendimento personalizado para aquelas(es) que tinham dificuldade em utilizar o grupo de WhatsApp ou que necessitavam de suporte adicional para participar das reuniões. Esse atendimento visava garantir que todas(os) se sentissem acolhidas(os) e apoiadas(os) em suas necessidades específicas, incluindo fornecer transcrições de áudios, descrição de imagens ou gráficos e orientações claras por meio de contatos telefônicos.

Também foi utilizado o recurso visual de afixar cartazes informativos sobre a Conferência nas entradas da regional Barreiro, na recepção do SUAS e nas salas de atendimento das(os) entrevistadoras(es) do Cadastro Único e das equipes SPSBR e do CREAS. Essa abordagem permitiu que as(os) usuárias(os) que frequentam esses locais recebessem informações sobre as reuniões da CLAS e a Conferência, garantindo que todas(os) fossem informadas(os) sobre a importância da participação.

Figura 4 – Cartaz afixado na entrada da Regional Barreiro divulgando a Conferência Municipal de Assistência Social



Fonte: Autores do relato

Ademais, em todas as atividades coletivas do SPSBR foram realizadas divulgações das reuniões da CLAS e sobre a Conferência Municipal de Assistência Social, momento em que as(os) usuárias(os) eram estimuladas(os) a serem protagonistas na discussão e esclarecidas(os) quanto ao processo de planejamento da política no âmbito municipal. Observou-se que esse ambiente inclusivo e colaborativo

valorizou diferentes perspectivas, garantindo resultados mais efetivos e benéficos para todas(os) as(os) envolvidas(os) na conferência.

Conclusão

Fomentar a participação popular no âmbito do SUAS não é algo fácil, pois necessita de árduo investimento técnico no planejamento e monitoramento das estratégias de mobilização. Nesse sentido, na perspectiva da experiência do SPSBR-Barreiro, no ano de 2023, avançamos muito no que se refere à participação popular nos espaços CLAS e CORAS. Vale destacar que o sucesso desse processo não seria possível sem a dedicação da equipe, que tem trabalhado incansavelmente para promover essa mobilização e proporcionar um espaço inclusivo e respeitoso para as(os) usuárias(os).

Em suma, a adesão crescente de usuárias(os) e o empoderamento observado nas reuniões de CLAS e CORAS têm sido uma fonte inesgotável de motivação para seguirmos fortalecendo a democracia participativa e a efetividade das políticas sociais em nossa região. O caminho percorrido até aqui nos motiva a continuar promovendo a mobilização, o diálogo aberto e a capacitação de usuárias(os), na certeza de que, juntas(os), construiremos uma sociedade mais justa e inclusiva para todas(os).

3. Mobilização e participação social no fortalecimento do SUAS/BH: a experiência de participação popular na proteção social e cidadania – Regional Norte

Ewerton Herald Pinto Silva¹

Soraia Pereira de Souza²

Introdução

O objetivo é apresentar a experiência de mobilização e organização da Comissão Local de Assistência Social (CLAS) implementada no território da Coordenação da Proteção Social e Cidadania (PSC) Regional Norte, unidade do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS-BH), instituída pela Lei Municipal nº 11.163, de 1º de abril de 2019, e constituída pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; Transferência de Renda e Cadastro Único.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros (MG); especialista em Políticas Sociais, Coletividade e Trabalho pela Faculdade de Educação da Serra (ES) e Gestão de Políticas Públicas e Sociais pela Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros (MG). Coordenador da Proteção Social e Cidadania – Regional Norte.

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista em Gestão de Assistência Social e Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Diretora Regional de Assistência Social Norte.

Implantação da Comissão Local de Assistência Social Regional

No processo de debate e de organização das(os) usuárias(os), assim como das(os) trabalhadoras(es) e das entidades socioassistenciais para o processo conferencial, foi se fortalecendo a proposta da constituição da CLAS Regional. Naquele momento de conferências livres, devido a “desconvocação” da Conferência Nacional pelo governo federal, em 2019, a implantação da CLAS Regional Norte constituiu-se parte das estratégias de fortalecimento da participação no SUAS-BH e do exercício do controle social. A criação e implementação da Comissão Local foi decorrente das atividades e dos Encontros Preparatórios da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizados nos meses de junho e julho de 2019.

A realização dos Encontros Preparatórios possibilitou mobilizar indivíduos e grupos que compõem o público potencial e prioritário da política de assistência social que, por não estarem nas áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), enfrentavam maiores obstáculos para acessar as provisões socioassistenciais. A proposta foi, a partir do processo conferencial, assegurar maior proximidade dos serviços de base regional com a população do seu território de abrangência e a Comissão Local seria importante estratégia de comunicação entre serviços e comunidade, mas, principalmente, o espaço de debates e reflexões para o constante aprimoramento do SUAS.

Incluir o saber das(os) usuárias(os), das famílias e comunidades fomentado pela via da participação social seria o grande desafio no processo de implantação da CLAS Regional, haja vista o vasto território da Coordenação da

PSC-Norte. Esta unidade abrange 27 bairros nos quatro territórios de proteção socioassistencial (TPSA) da Regional Norte (N1, N2, N3 e N4), nos quais residem mais de 25 mil famílias. Segundo informações do Ministério da Cidadania, 14.096 famílias desse território estão inseridas no Cadastro Único para os programas sociais e, destas, 7.449 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (Brasil, 2022).

Diante desse cenário, tornou-se necessário pensar o estímulo à participação das(os) usuárias(os) como um processo cotidiano, enquanto parte do trabalho social com as famílias. Assim, coordenador e trabalhadoras(es), imbuídos desta responsabilidade, passaram a construir as possibilidades e condições para implantação dessa instância descentralizada de participação social, de base local.

A participação da população na formulação da política de assistência social e no controle das ações do SUAS, preceito constitucional, deve ser proposta, estimulada e garantida. Essa participação é um direito de cidadania, e recorremos à Constituição Federal, em seu parágrafo único, artigo 1º: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Como reza a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), a participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo. A Norma orienta que o estímulo à participação e ao protagonismo das(os) usuárias(os) nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.

É nesta direção que a Coordenação de PSC-Norte, iluminada pela Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 10.836/2015, NOB-SUAS (2012), sob a batuta da Diretoria Regional de Assistência Social Norte envidou esforços pela implantação da CLAS Regional Norte, instância de livre participação e de controle social, de caráter consultivo, de abrangência local, que garante a participação popular e democrática das(os) usuárias(os) da política pública de assistência social e demais cidadãs(ãos) interessadas(os).

Embora iniciado o processo de implantação da CLAS no ano de 2019, após a 13ª Conferência, a sua concretização tornou-se realidade na primeira metade do ano de 2020, em pleno contexto pandêmico e numa situação bem adversa, em que estavam estabelecidas as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de covid-19.

Diante deste cenário, foi instituído o regime de teletrabalho e estava lançado o grande desafio para a efetivação da Comissão Local. A decisão tomada pelas equipes da Coordenação de PSC-Norte, ainda que com o vento soprando para o lado contrário, foi a continuidade do processo de instalação da CLAS, lançando mão dos recursos disponíveis. A dúvida era exatamente o processo de exclusão digital, realidade presente no público do SUAS, mas que seria pertinente dar o pontapé inicial. Desta maneira, procurou-se manter o contato e o diálogo permanente com as famílias em processo de atendimento/acompanhamento pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional (SPSBR) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (SPSPD), bem como com as lideranças locais, em especial dos bairros Maria Tereza e Monte Azul,

sendo as regiões mais distantes da Diretoria Regional de Assistência Social Norte (DRAS-N).

A partir de contatos telefônicos e mensagens por aplicativo de WhatsApp, as(os) usuárias(os) e lideranças foram convidadas(os) a participarem de uma reunião por meio de videoconferência através do aplicativo Zoom. Neste momento, trabalhadoras(es) e Coordenação passaram a instruir as(os) usuárias(os) sobre o acesso aos meios de comunicação digital e orientar para a utilização da ferramenta de videoconferência. Esse momento ficou marcado pela aproximação e pelo fortalecimento do vínculo entre usuárias(os) e serviços socioassistenciais, tendo permitido que as famílias conhecessem e passassem a utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis. Lamentavelmente, muitas famílias não dispunham de aparelhos smartphones ou computadores, o que tornou inviável, naquele momento, a participação nas reuniões da CLAS.

A CLAS foi efetivamente implantada no dia 9 de julho de 2020, contando com ampla participação das(os) usuárias(os), bem como das(os) trabalhadoras(es), gestoras(es) e colaboradoras(es). Na primeira reunião procurou-se discutir acerca da importância da CLAS, enquanto instância de participação social e de controle social do SUAS-BH, suas atribuições e competências e, como suas(eus) integrantes poderiam ser protagonistas na construção do SUAS que queremos.

Como forma de organização foi estabelecida a agenda anual de reuniões da Comissão, sendo definido o melhor horário para que as(os) usuárias(os) pudessem participar e o tempo de duração de cada encontro. Diante dos relatos de usuárias(os), restou entendido que o melhor horário seria a partir das 17h30, uma vez que a grande maioria exercia algum tipo de atividade laboral e as reuniões não poderiam

ultrapassar o período de duas horas, salvo em situações excepcionais, aprovada por maioria simples.

Estabelecer o calendário de reuniões da CLAS foi, sem dúvida, a principal estratégia adotada, pois pressupõe organização e continuidade. As(Os) integrantes se sentem pertencentes ao processo e participam da construção das agendas, apontando as sugestões de pautas a serem discutidas em cada reunião. Além disso, uma agenda anual permite a publicização das reuniões da CLAS e a mobilização e sensibilização de novas(os) usuárias(os) por parte das(os) trabalhadoras(es) dos serviços socioassistenciais e das(os) próprias(os) participantes.

Insta acrescentar que o grupo criado por aplicativo de WhatsApp tem sido uma importante ferramenta de comunicação com os integrantes da CLAS, não apenas do ponto de vista do envio de informações, mas tem sido espaço de diálogo, reflexões, repasse de informações e orientações sobre a política de assistência social.

A CLAS Regional Norte tem sido uma potência em participação, articulação e controle social. Mas, cabe destacar que o seu funcionamento se deve ao engajamento das equipes dos serviços socioassistenciais no processo de mobilização, no apoio para construção das agendas, no compartilhamento de informações e na condução de pautas específicas realizadas por trabalhadoras(es).

Ao longo desses quatro anos de implementação da CLAS, percebe-se a sua evolução enquanto espaço concreto de participação e controle social, com cidadãs(ãos) cada vez mais críticas(os) e reflexivas(os), capazes de analisar a realidade presente e sujeitos protagonistas do aprimoramento das ações do SUAS no âmbito regional.

A CLAS Regional segue nas trilhas do disposto na Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social

(CMAS-BH) nº 034/2020, estabelecendo a conexão com o Conselho Regional de Assistência Social (CORAS) e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em uma via de mão dupla. Por meio de seus representantes tem pautado no CORAS os problemas locais afetos à execução dos serviços e defendido a inclusão de pautas no CMAS-BH.

Com tudo isso, muitos são os desafios. É preciso continuar contribuindo na formação e na qualificação das(os) usuárias(os) no sentido de ter potência na ação para questionar o seu próprio fazer no exercício da participação e do controle social, com vistas à conquista da autonomia e na melhor compreensão dos objetivos e das funções da política, até mesmo para nos questionar e apontar perspectivas de aperfeiçoamento.

É mister refletir continuamente com as(os) participantes da CLAS sobre os custos e ganhos da participação, bem como desvendar e compreender os motivos que levam os diferentes atores sociais a ocuparem essas instâncias. Além disso, assegurar que as pautas tratadas sejam levadas adiante, tendo o sentido e o significado da participação materializado nas respostas institucionais às demandas da Comissão.

Por fim, não há receita pronta, mas é preciso compreender a CLAS Regional como um organismo vivo, que vive, evolui e se adapta. Portanto, também é um espaço complexo com múltiplos componentes e interesses que interagem entre si e que, às vezes, apresentam comportamentos emergentes, a partir das condições e situações vivenciadas por cada cidadã/cidadão.

Conclusão

Estabelecer uma Comissão Local de Assistência Social no âmbito da Proteção Social e Cidadania representou para

a gestão, trabalhadoras(es) e usuárias(os) um grande desafio, considerando a extensão territorial e populacional. Para as(os) participantes foi difícil, inicialmente, compreender que a Proteção Social e Cidadania não era um grande CRAS e que a partir da parametrização do Serviço de Proteção Social Básica Regional pelo CMAS-BH, a unidade precisaria desenvolver o Trabalho Social com Famílias e fomentar a participação e o controle social a partir dos parâmetros e da metodologia estabelecida para essa unidade do SUAS.

Os territórios da Proteção Social e Cidadania na Regional Norte não apresentam uma caracterização homogênea. Ao contrário, são marcados por uma diversidade territorial, social, cultural e econômica, com espaços identificados com alto índice de vulnerabilidade social, outros com características de média e baixa vulnerabilidade.

A conjugação de esforços para a implementação dos Serviços da Proteção Social e Cidadania e da CLAS esbarrou em diferentes limites tecnológicos no início do processo, além de muitos desafios para mobilização de uma população dispersa devido à grande extensão territorial. No entanto, os esforços resultaram em apropriação coletiva pelos indivíduos, famílias, grupos da comunidade, a gestão dos serviços e as(os) trabalhadoras(es) na busca de aprimorar o processo de participação.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Tabulador do Cadastro Único**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 30 nov. 2022.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.163, de 1º de abril de 2019**. Altera a Lei nº 10.625/13, que cria o Fundo Municipal sobre Drogas – FUMSD, e a Lei nº 11.065/17, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo, e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2019.

4. CLAS GLÓRIA: uma experiência de participação social

Iara de Salvo Rocha¹

Alessandra de Sousa Figueiredo²

A participação social na política de assistência social de Belo Horizonte

Desde a redemocratização do Brasil, com a instituição da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a compor o campo da Seguridade Social, ganhando status de Política Pública Estatal e não contributiva, e direito de todo cidadão a quem dela necessitar.

Em 1993, com a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), são definidos os objetivos, princípios e diretrizes da assistência social, sendo a participação da população reconhecida como diretriz para a condução da política. Além disso, a LOAS ainda institui os Conselhos de Assistência Social como instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, e vincula à existência dos Conselhos o

¹ Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pós-graduada em Intervenção Psicossocial com Crianças e Juventudes em risco pela Faculdade de Cachoeiro do Itapemirim e mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde atualmente exerce a função de Coordenação de Proteção Social e Cidadania.

² Graduada em Psicologia pela Faculdade Newton Paiva, pós-graduada em Criminologia e em Grupos Vulneráveis e Minorias pela Faculdade Cachoeiro do Itapemirim, analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte atualmente na função de diretora regional de Assistência Social.

cofinanciamento da política. Os Conselhos e as Conferências tornam-se os principais espaços de participação popular.

No ano de 2004 é publicada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que pontua como principais atribuições dos Conselhos de Assistência Social, a partir da sistematização do artigo 18 da LOAS,

a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos, ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (Brasil, 2005, p. 49-50).

Alinhado às diretrizes do governo federal, no município de Belo Horizonte, no ano de 2015 foi publicada a Lei do SUAS (Lei nº 10.836/2015), que reconhece como integrantes do SUAS BH: o município, as entidades socioassistenciais e o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), sendo esses últimos espaços de participação e de controle social.

Em 2020, o Conselho Municipal de Belo Horizonte institui a Resolução nº 034/2020, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento dos CORAS e das CLAS. Segundo essa resolução, os CORAS são “instâncias Regionais de

participação e de controle social da Política Pública de Assistência Social, de caráter consultivo, vinculadas ao CMAS-BH” (art. 5º), e as CLAS são “instâncias de participação e controle social, de caráter consultivo e de abrangência local, que garantem a participação popular e democrática dos usuários da Política Pública de Assistência Social e demais cidadãos interessados/colaboradores em participar” (art. 17). Cumpre pontuar que tal resolução foi fruto de deliberações da XIII Conferência Municipal de Assistência Social e de reivindicações de usuárias(os) da política de assistência social de Belo Horizonte.

Ressalta-se que Belo Horizonte se subdivide em nove regionais administrativas. No atual modelo administrativo, cada Regional possui uma Diretoria Regional de Assistência Social, à qual estão vinculados os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), situados nos territórios de maior vulnerabilidade, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e a Coordenação de Proteção Social e Cidadania, que oferta Serviços de Proteção Social Básica à população que não reside em território de referência dos CRAS.

Conforme a Resolução nº 034, as CLAS devem ser de base local, coordenadas pelas(os) usuárias(os) da Política de Assistência Social e estar vinculadas às unidades socioassistenciais e/ou aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Não há limite de CLAS no município de Belo Horizonte. A referida resolução institui nove CORAS correspondentes às nove Regionais administrativas. Outro ponto fundamental a ser ressaltado é que o art. 24 define que os encontros e horários devem ser organizados conforme a realidade e necessidade das(os) usuárias(os).

Cada CLAS deve ainda eleger suas(eus) representantes para compor o CORAS, e cada CORAS elege representantes

para compor o CMAS. Com isso, as demandas, reivindicações e questões diversas que possam surgir no nível local podem ser apresentadas no nível regional e municipal, assim como o fluxo contrário também é possível, criando sinergia entre as diferentes instâncias de participação e controle social.

CLAS Glória: uma experiência da Regional Noroeste

A Regional Noroeste de Belo Horizonte é extensa, indo dos limites do Centro da Cidade até a divisa com Contagem. Possui atualmente cinco CRAS em seu território, sendo três deles localizados em regiões próximas ao centro de Belo Horizonte, e os outros dois localizados próximos ao limite com Contagem.

A Coordenação de Proteção Social e Cidadania, por meio do Serviço de Proteção Social Básica Regional, cumpre a importante função de prover a atenção socioassistencial às mais de 58 mil famílias que não estão referenciadas a nenhum desses CRAS, e enfrenta o desafio de estar situada também próxima ao centro da cidade e, portanto, distante para uma grande parte da população referenciada.

No que se refere ao controle social, as CLAS vinculadas ao Serviço de Proteção Social Básica Regional foram historicamente realizadas no prédio da Regional e de forma conjunta com o CREAS, sendo mobilizadas(os) usuárias(os) de ambos os Serviços.

Com a pandemia, o Serviço enfrentou dificuldades para a realização dos encontros de CLAS, devido às barreiras tecnológicas enfrentadas pelas(os) próprias(os) usuárias(os). Em meio a esse período, em 2021, ocorreu a eleição de

usuárias(os) para o Conselho Municipal de Assistência Social, e foi preciso criar estratégias para a participação sem aglomerações, e ainda considerando as possibilidades e dificuldades das(os) usuárias(os).

A solução encontrada para viabilizar a eleição de usuárias(os) para o Conselho, sem criar grandes aglomerações, foi a realização de uma reunião virtual, com alguns polos de transmissão. Assim, a Assembleia eleitoral ocorreu por meio de transmissão simultânea e as(os) usuárias(os) tiveram a possibilidade de participar de locais mais próximos às suas casas, o que teve impactos positivos para a adesão e também trouxe novas reivindicações para o Serviço de referência.

Após a Assembleia eleitoral, as(os) usuárias(os) moradoras(es) do bairro Glória, por meio de duas lideranças bastante ativas nas instâncias de participação e de controle social (uma delas conselheira municipal), passaram a demandar que fosse instituída uma CLAS para tratar das questões específicas daquele território.

Tal reivindicação ganha substância se analisada junto com o fato de que esse bairro, bem como os do entorno, concentra a maior parte das demandas atendidas no Serviço de Proteção Social Básica Regional, no Serviço de Proteção à Pessoa com Deficiência, e também tem percentual expressivo de casos inseridos no CREAS da Regional. É relevante ainda que, embora seja região de moradia de muitas famílias vulneráveis, para obter atendimento ou participar das reuniões de CLAS na Regional, as(os) usuárias(os) precisam tomar dois ônibus do transporte público.

Considerando esses aspectos, em fevereiro 2022 passaram a ser realizadas reuniões mensais em ambiente remoto, com as(os) usuárias(os) daquele território. Finalizadas as restrições de realização de encontros presenciais, as(os) usuárias(os) reivindicaram que a continuidade das reuniões

se desse na própria comunidade e, em junho de 2022, a CLAS passou a ser realizada no espaço físico de uma associação do bairro, em datas fixas, todas as terças-feiras do mês.

A princípio, as reuniões de CLAS não estavam adequadas a todos os preceitos dispostos na Resolução nº 034/2020 do CMAS. A coordenação e a condução das reuniões era realizada pela Coordenadora de Proteção Social e Cidadania, com pautas previamente estabelecidas junto com essas lideranças e a partir das necessidades trazidas por elas. Foram abordados temas como o Cadastro Único e suas formas de acesso, o Bolsa Família, as mudanças nos programas de transferência de renda e o atendimento à(ao) idosa(o) na Política de Assistência Social.

Nas primeiras reuniões, observamos certa dificuldade para que as reuniões ganhassem a identidade de espaço de participação e de controle social vinculado à assistência social. As(Os) usuárias(os) levavam demandas de reforma do espaço da associação, acesso à saúde e outras. Contudo, já nas primeiras reuniões observamos grande engajamento das lideranças comunitárias na mobilização das(os) usuárias(os) daquele território.

Pouco a pouco, através do trabalho com as temáticas da política de assistência social, o campo foi se definindo e a identidade da CLAS Glória se constituindo.

Iniciando o ano de 2023 tínhamos pela frente a preparação para dois importantes acontecimentos no âmbito da participação e do controle social: a eleição de usuárias(os) para o Conselho Municipal de Assistência Social e a realização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Pensando nessas importantes agendas foi realizado todo o processo de adequação da CLAS à Resolução CMAS-BH

nº 034. Primeiramente, foram eleitas(os) as(os) representantes daquela Comissão, que além de compor o CORAS passaram a ser responsáveis pela condução das reuniões. Posteriormente, no âmbito do CORAS, a usuária representante da CLAS Glória foi eleita para seu segundo mandato como conselheira municipal de assistência social.

Foram realizados, ainda, encontros preparatórios para a Conferência Municipal, nos quais os conteúdos dos cinco eixos de discussão foram explanados e debatidos com as(os) participantes daquela CLAS. Como resultado, é importante frisar que as(os) usuárias(os) daquele território constituíram parcela expressiva das(os) usuárias(os) participantes da Pré-Conferência Regional, foram eleitas(os) delegadas(os) e participaram também da Conferência Municipal de Assistência Social.

Continuamos caminhando...

A PNAS já nos dava pistas de que a descentralização dos espaços de participação e de controle social são caminhos para ampliar o protagonismo da(o) usuária(o). Conforme sinaliza o documento, “no interior dos conselhos, a descentralização das ações em instâncias regionais consultivas pode torná-los mais próximo da população. Também a realização de reuniões itinerantes nos três níveis de governo pode garantir maior nível de participação” (Brasil, 2005, p. 54).

De fato, a CLAS Glória nos mostra uma ampliação dos níveis de participação das(os) usuárias(os) daquele território, que estão hoje mais presentes, esclarecidas(os) e atuantes no controle da política de assistência social. Contudo, ainda identificamos alguns pontos em que precisamos avançar.

Um desses pontos diz respeito à efetiva participação dessas(es) usuárias(os) no planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços a que estão referenciadas(os) na política municipal de assistência social. Vislumbramos um processo em que seja possível planejar as ações dos serviços juntamente com as(os) usuárias(os), mas ainda pouco conseguimos avaliar sobre a execução dos serviços junto a elas(es). Para que isso ocorra, é necessário investir ainda mais em formação e capacitação dessas(es) agentes, de modo a ampliar o conhecimento da política e a concepção da assistência social enquanto direito, ao invés de caridade.

Outro aspecto, sempre pontuado pelas(os) próprias(os) usuárias(os), é a necessidade de melhoria nos processos de comunicação com a população daquele território, visando dar maior transparência tanto para as ações dos serviços da Proteção Social Básica Regional, quando para seus espaços de participação e controle social.

Por fim, consideramos que, embora tenhamos ainda muitos desafios pela frente, muitos foram os avanços conquistados nesse espaço de participação. Tais desafios, hoje, não são assumidos apenas pelos Serviços da Proteção Básica, mas principalmente pelas(os) próprias(os) usuárias(os), protagonistas e atrizes/atores na construção desse espaço de participação e controle social.

Referências

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Política de Assistência Social no município de Belo Horizonte, institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte SUAS/BH. Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2015/1084/10836/lei-ordinaria-n-10836-2015-dispo-e-sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-municipio-institui-o-sistema-unico-de-assistencia-social-de-belo-horizonte-suas-bh-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. Resolução CMAS 034/2020. Dispõe sobre a regulamentação, organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social – CORAS e das Comissões Locais de Assistência Social – CLAS no Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2935>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. **LOAS anotada:** Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

5. CLAS Nansen – Rua Circular

Alessandra de Sousa Figueiredo¹, Antônio Vieira²,
Clarice Steinmüller³, Dirce Maria Taroni⁴, Edgar Siqueira Mateus⁵,
Enildo Calixto Louback⁶, Jéssica Máira Barbosa⁷,

- ¹ Graduada em Psicologia pela Faculdade Newton Paiva, pós-graduada em Criminologia e em Grupos Vulneráveis e Minoria pela Faculdade Cachoeiro de Itapemirim, analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte atualmente na função de diretora regional de Assistência Social.
- ² Formação em Pedagogia da Dança e do Movimento para o Ensino da Dança pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), formação em Cinema pela Escola Livre de Cinema, superior completo, Tecnologia em Gastronomia pela Faculdade Estácio de Sá, Belo Horizonte, pós-graduação (*lato sensu*) em Arte-Terapia pela Faculdade Vicentina, e em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- ³ Graduada em Artes Plásticas com habilitação em pintura e fotografia pela Escola Guignard (UEMG) e em Comunicação Social. Desde 2008 atua com arte contemporânea em contextos de vulnerabilidade social, como Centros Socioeducativos, Cenas de Uso de substâncias psicoativas e em políticas públicas voltadas para a garantia de direitos da população em situação de rua. A atuação nesses contextos serve como pesquisa e muitas vezes ativação do trabalho que desenvolve. Sua pesquisa é pautada pelas relações de classe e para a valorização de um cotidiano cultural marginalizado e invisibilizado. Deste modo, usa das instituições e do seu trabalho como ferramentas de fomento e educação.
- ⁴ Graduada em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), com pós-graduação em Docência na Educação Básica pela Faculdade de Educação (FAE/UFMG). Professora municipal e analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte.
- ⁵ Assistente social, educador musical, arte educador, graduado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Técnico em Abordagem Social – SEAS NO.
- ⁶ Graduado em Psicologia com ênfase clínica pela PUC Minas, graduado em Direito pela Universidade Aberta (UNA), pós-graduado em Justiça Restaurativa pela PUC Minas. Técnico psicólogo social no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS/CREAS/PBH) e psicólogo clínico.
- ⁷ Graduada em Psicologia pela Faculdade Pitágoras, graduanda em Licenciatura em Letras pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); especialista em Dependência Química e Terapia Sistêmica pela Unyleya; técnica social no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS/CREAS NO – PBH); psicóloga clínica e terapeuta sistêmica.

Lindolfo da Silva Santos⁸, Maria Efigênia da Silva Medeiros⁹,
Marinalva Maria de Sousa¹⁰, Maykon Borges Fonseca¹¹,
Nereide Oliveira Pinto Ragi¹², Rafael Oliveira Santos¹³

Introdução

A Comissão Local de Assistência Social (CLAS Nansen – Rua Circular) está instalada no baixio do Viaduto Nansen Araújo, que faz parte do Complexo de Viadutos da Lagoinha, região central do município de Belo Horizonte. Esta comissão se reúne mensalmente, sempre na última quarta-feira do mês, às 15h, no baixio do viaduto com as(os) usuárias(os) que ali estiverem e as(os) trabalhadoras(es) do Serviço Especializado em Abordagem Social Noroeste (SEAS-NO), com o objetivo de discutir, monitorar e apresentar propostas para a política pública de assistência social e fazer a articulação com as outras políticas setoriais que

⁸ Músico e arte educador, graduado em Licenciatura Musical Escolar pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), arte educador do Serviço Especializado em Abordagem Social da Regional Noroeste de Belo Horizonte.

⁹ Graduada em Serviço Social na Universidade Norte do Paraná, técnica social do Serviço Especializado em Abordagem Social da Regional Noroeste.

¹⁰ Artista visual/arte-educadora, graduada em Artes Visuais (Licenciatura) pela UEMG, supervisora do Núcleo de Arte-Educação (SEAS-CREAS).

¹¹ Graduado em Psicologia pela Unifenas-Varginha (MG), pós-graduação em Gestão em Serviço Social pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (Ipemig), MBA em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Centro Universitário UNA, técnico em Abordagem Social (SEAS/CREAS NO).

¹² Formada em Serviço Social pelo Centro Universitário UNA, técnica social no Serviço Especializado em Abordagem Social – Regional Noroeste.

¹³ Graduado em Psicologia pela Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Minas, atualmente supervisor do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

atuam no território para a promoção de proteção social e acesso à direitos da População em Situação de Rua. A primeira edição aconteceu em dezembro de 2021 e vem se mantendo até os dias atuais.

A Rua Circular faz parte das atividades coletivas realizadas mensalmente pelo SEAS no território, e se configura como uma exitosa experiência de participação e de controle social. Esta importante intervenção no território do Complexo da Lagoinha é mais uma estratégia socioassistencial do Serviço Especializado em Abordagem Social Noroeste, que articula atuação conjunta com a rede intersetorial. A ação tem como objetivo mobilizar, acolher demandas, ofertar escuta, orientar e sensibilizar as pessoas em situação de rua para o exercício da cidadania. O projeto Rua Circular aposta na intersetorialidade como estratégia de intervenção proativa, protetiva e preventiva no território, aliando o fomento à participação social. A atividade é desenvolvida por meio de roda de conversa inicial sobre um tema de interesse para este público, em seguida, acontece uma atividade de arte educação, finalizando com um lanche de confraternização.

Essa estratégia aposta que, por meio de experiências coletivas e sensíveis que unam pensamento e sentimento, criação e imaginação, corpo e memória, ação e reflexão, é que podemos nos aproximar ainda mais dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos para discutir, refletir e buscar soluções para os dilemas vividos. Essas intervenções proporcionam espaços de fala, sociabilidade, desenvolvimento da autonomia, fortalecimento dos vínculos dos serviços da assistência social com as pessoas em situação de rua, tendo em vista que essa aproximação pode colaborar para os processos de transformação, superação e acesso a direitos. Também propiciam espaços para trocas afetivas e discursivas entre

peessoas que utilizam o Serviço Especializado em Abordagem Social, a partir de experiências artísticas diversas.

A arte tem uma atuação política sempre que apresenta novas formas de se relacionar com os espaços, com as pessoas e com as coisas. Podemos pensar que a arte ensina a liberdade na medida em que tensiona as maneiras como lidamos com as questões da vida, com as questões cotidianas, que também são políticas, trazendo pautas e ampliando debates importantes, apresentando questões que ultrapassam a superfície das coisas, aprofundando entendimentos e percepções através do olhar particular de cada uma(um) que vê e se relaciona com as obras de arte.

CLAS Nansen – Rua Circular: Experiência de Controle Social com a População em Situação de Rua em Belo Horizonte

Ousamos dizer que a Conferência Nacional Democrática de 2019 foi um marco para a participação e o controle social no SUAS. Quando o governo federal se recusou a convocar a Conferência, as organizações e movimentos sociais em defesa do SUAS se organizaram e a Conferência foi convocada, o que demonstrou a força da resistência ao desmonte.

Essa extraordinária demonstração de força deveu-se a uma mobilização com capilaridade territorial, articulada pelas organizações da sociedade civil por fora e nos entornos do CNAS, e contou com o engajamento tanto dos gestores como dos conselhos subnacionais da área (Martelli; Almeida; Coelho, 2022, p. 71).

A efetividade, continuidade e perenidade das políticas públicas, não apenas a de assistência social, mas de saúde, educação, transporte, segurança pública, meio ambiente, está assentada no planejamento (que pode ter a forma de um Plano), no financiamento (que pode ser realizado por meio de um Fundo) e no controle público das ações (o que pode ser feito por conselhos e conferências, além dos órgãos de controle institucional). Políticas públicas sem controle social perdem sua continuidade e passam a depender da boa vontade de governos para que atendam às necessidades da sociedade. O cenário político no momento da convocação da Conferência Nacional Democrática apontava para a desconstrução desse tripé na assistência social. Em Belo Horizonte, na Conferência Municipal, foi discutido e aprovado um documento que levou à publicação, em janeiro de 2021, da Resolução CMAS-BH nº 034/2020. Esta resolução dispõe sobre a regulamentação, organização e funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), no município. Ela institui nove CORAS, um em cada Regional Administrativa, e propõe a implantação de CLAS nas unidades e/ou nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ou, ainda, vinculadas a coletivos e territórios não abrangidos por CRAS.

Em 2020, quando a covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia e as medidas de isolamento social obrigaram a todos que permanecessem isolados para evitar a propagação do vírus, nos vimos diante de um impasse. De um lado, a necessidade de fortalecer o controle social para garantir o funcionamento dos serviços, mesmo diante da intermitência do cofinanciamento e, de outro, a necessidade de permanecer em isolamento social. A partir de junho de 2020,

os serviços executados no CREAS optaram por retomar, juntamente com os serviços de Proteção Básica e com o Serviço de Acolhimento Institucional, a realização das reuniões de CLAS. Ao longo do ano de 2020 e no início de 2021, as reuniões eram feitas on-line, no entanto, a participação de usuárias(os) era muito restrita. Muitas(os) não tinham acesso a equipamentos de informática e rede de internet, o que inviabilizava sua participação. Eram poucas(os) as(os) usuárias(os) que se juntavam à reunião, que ficava quase restrita à participação de trabalhadoras(es). Com o relaxamento das medidas de isolamento social, iniciamos, a partir de junho de 2021, a realização de reuniões da CLAS no formato híbrido. Algumas(ns) trabalhadoras(es) iam para o território, outras(os) para as unidades socioassistenciais, tais como o Centro Pop, o CREAS, as unidades de acolhimento e também para a unidade intersetorial Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM). Nas unidades, era possível fazer a transmissão da CLAS através de equipamentos de projeção, o que levou a uma maior participação das(os) usuárias(os), que iam para essas unidades e utilizavam os computadores para participar.

A primeira experiência aconteceu em julho de 2020, quando realizamos o Arraiá de Rua SEAS – Vacina para Todos, no Quintal do Sô Antônio, na alça direita do Viaduto Senegal, na Av. Antônio Carlos, território da Lagoinha. O Consultório na Rua estava presente e promoveu a vacinação da população em situação de rua. A pauta era: Informes e discussão sobre a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social. Algumas(ns) trabalhadoras(es) das equipes de referência ficaram no território e outras(os) se espalharam pelas unidades de proteção para ajudar as(os) usuárias(os) a acessar a reunião on-line. Outras(os) usuárias(os), com maior autonomia, acessaram de suas residências, utilizando

seus próprios equipamentos. Apesar dos esforços, nos territórios de permanência da População em Situação de Rua, ficávamos limitadas(os), pois não era possível instalar, nas ruas, equipamentos que viabilizassem a projeção e a participação das(os) usuárias(os).

Após o fim das medidas de isolamento social, quando as atividades presenciais foram retomadas em definitivo nas unidades socioassistenciais, retomamos a CLAS no espaço do CREAS, o que também demonstrou ser infrutífero com a População em Situação de Rua, invisibilizada nos espaços instituídos, muitas vezes incompreendida pelas(os) outras(os) usuárias(os). Percebíamos a necessidade de estarmos no território, fortalecer os vínculos entre o serviço e as(os) usuárias(os), criar espaços de escuta que pudessem qualificar a execução do Serviço Especializado em Abordagem Social.

A partir daí, percebemos que seria necessário ir até elas(es). Foi quando surgiu a ideia de fazermos reuniões de CLAS itinerantes. Identificamos os territórios de maior concentração de População em Situação de Rua na Regional Noroeste, microrregião administrativa de Belo Horizonte referenciada no CREAS-NO e fizemos a agenda para iniciar. A primeira reunião foi marcada para o dia 28 de dezembro de 2021, às 15h, no baixio do Viaduto Nansen Araújo, no Complexo da Lagoinha, região central de Belo Horizonte. Essa primeira reunião nos levou a, novamente, repensar a proposta. O espaço de escuta foi tão rico que não podíamos não voltar. Suspendemos a itinerância e optamos por permanecer no território, onde realizaríamos reuniões mensais.

A cada reunião que realizávamos, as(os) usuárias(os) apresentavam propostas de pautas que deveriam ser tratadas em outros encontros. Foram feitas articulações com a Saúde – Consultório na Rua, BH de Mãos Dadas contra a AIDS, Centro de Referência em Saúde Mental – Álcool

e Drogas (CERSAM-AD), Centro de Saúde de referência, Zoonoses, Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), Controle Urbano, CIAM, programas e projetos de outras políticas setoriais, Movimento de Luta da Pop Rua. As necessidades socioassistenciais e de acesso a direitos – moradia, saúde, educação, trabalho – eram muitas e foi necessário fazer uma articulação intersetorial que trouxesse, também, as outras políticas públicas para o Baixo do Viaduto. As pautas das reuniões passaram a ser organizadas junto com as(os) usuárias(os).

Desde então, realizamos reuniões mensais nesse território. Nosso entendimento é de que a política pública de assistência social não apenas promove o acesso a direitos, mas deve articular e fortalecer a ação intersetorial para que esse acesso se efetive pela população mais vulnerável. Neste sentido, a partir das potencialidades identificadas no território, fazemos a articulação com a Saúde, a Limpeza Urbana, o Controle Urbano, a Segurança Pública, Programas e Projetos de outras políticas setoriais, que se juntam a nós nessas reuniões para a promoção do acesso a direitos. As pautas são construídas a partir da discussão com as(os) usuárias(os) e fazemos a articulação para que as políticas setoriais estejam no território, se apresentem e discutam o acesso com as(os) presentes.

Algumas considerações

Luciana Tatagiba, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em uma aula sobre Controle Social no SUAS, aponta cinco desafios que estão colocados para a participação popular na atualidade. O primeiro deles seria a polarização entre esquerda e direita no Brasil

contemporâneo. Essa polarização, muitas vezes, cria entraves para o diálogo, distanciando, ao invés de aproximar as pessoas para a defesa de direitos. Outro desafio diz respeito à necessidade de envolvimento das juventudes nos processos de participação. Para que isso ocorra, é necessário trazer para o debate as questões de gênero e raça, para além das questões de classe. É necessário fazer uma abordagem interseccional¹⁴ das políticas públicas. O terceiro desafio diz respeito à emergência das direitas organizadas¹⁵. Faz-se necessário aprender a lidar com esses atores nas instâncias de participação. Além disso, a contemporaneidade trouxe novas formas de fazer o ativismo social¹⁶ e é preciso incorporar esses novos atores. As redes sociais alteraram o padrão do ativismo e a esquerda precisa incorporar e dominar essa nova forma de fazê-lo.

A partir desse diagnóstico, ela aponta algumas ideias para fomentar a participação popular e o controle social nessa nova realidade, quais sejam: é preciso rejuvenescer as instituições participativas e rever os padrões de participação, complementando-os com abordagens diversificadas como a participação on-line, o ativismo digital com

¹⁴ De acordo com Luciana Tatagiba (2004), a interseccionalidade se refere à compreensão das interconexões que existem entre diferentes sistemas de opressão, discriminação e desigualdades que afetam indivíduos e grupos em contextos sociais nos quais estão inseridos. São múltiplos e complexos os fatores, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros, que se entrelaçam e influenciam a forma como as pessoas experimentam e enfrentam as desvantagens estruturais.

¹⁵ Quando falamos de direitas organizadas, estamos nos referindo a grupos, organizações e movimentos políticos que têm orientação ideológica conservadora e que se organizam para defender suas ideias. Eles buscam influenciar a esfera pública, participam de eleições e mobilizam apoiadores. O termo no plural se refere à diversidade de grupos e perspectivas, que podem variar, de acordo com o contexto social e político.

¹⁶ De acordo com Tatagiba *et al.* (2022), no pós-2013, é possível captar a renovação do ativismo social, com a presença de novos sujeitos, que podem estar à esquerda ou à direita do espectro político, on-line e off-line, trazendo questões como gênero e raça para o centro do debate político.

a organização de campanhas através de redes sociais, o engajamento dos sujeitos nas redes locais. Faz-se necessário criar novos modelos de participação e representação que deem conta da diversidade do ativismo político, trazendo a dimensão interseccional para dentro das instâncias de participação. Ela aponta, também, que é preciso focar nos territórios, questão central para nós, fazendo o caminho inverso. Ao invés de trazer as(os) usuárias(os) para a política de assistência social, devemos levar a política para o cotidiano da vida das(os) usuárias(os), introduzindo-a na vida das comunidades. A política deve estar capilarizada nos territórios, que precisam ser vistos como espaços de potencialidades e não apenas de vulnerabilidades. Esse movimento faz com que a participação e o controle social ganhem sentido para as pessoas, que passam a compreender sua importância a partir das necessidades do território. Além disso, ela aponta para a necessidade de instituição de uma política de comunicação popular que consiga disputar as novas formas de fazer esse diálogo, e de dar um passo para além da política de trincheira, que é quando os grupos ou movimentos adotam posições firmes e intransigentes em relação a determinadas questões, em detrimento da busca por consensos e compromissos. Houve um momento em que foi necessário cerrar fileiras para impedir o retrocesso. Nesse momento, é preciso construir meios para fazer o diálogo com atores que podem se tornar parceiros nas lutas no território. É preciso abrir o radar, e avançar para além da polarização política (Aula 5 [...], 2021).

Neste sentido, entendemos que existem questões estruturais nas vulnerabilidades e violações de direitos que precisam ser tratadas no cotidiano da execução dos serviços. No entanto, não podemos pautar nossas ações pelas vulnerabilidades e violações. Elas devem ser pautadas,

centralmente, nas potencialidades dos indivíduos e comunidades. É preciso criar espaços de escuta qualificada, resgatar histórias de vida, identificar as potencialidades dos indivíduos e dos coletivos e contribuir para a construção de novos projetos de vida centrados na autonomia e na emancipação de sujeitos. Essa construção coletiva é fundamental para a transformação da sociedade. Acreditamos que a CLAS Nansen – Rua Circular é uma caminhada que estamos fazendo nessa direção.

Figura 1 – Reuniões da CLAS Nansen – Rua Circular – Alguns registros



Fotos: Lindolfo da Silva Santos.

Referências

AULA 5 Participação e Controle Social no SUAS. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (97 min). Publicado pelo canal Instituto Lula. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mG5lYmye3hl&t=2319s>. Acesso em: 20 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução CMAS/BH nº 034/2020. Dispõe sobre a regulamentação, organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social – CORAS e das Comissões Locais de Assistência Social – CLAS no Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2935>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: CNAS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 19 set. 2023.

MARTELLI, C. G.; ALMEIDA, C.; COELHO, R. Mudanças recentes nos papéis das Instituições Participativas nas Políticas Públicas. *In*: TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; SILVA, M. K. (org.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2022.

TATAGIBA, L. Desigualdades de gênero e raça no Brasil: considerações a partir da análise de políticas públicas. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 419-438, 2004.

TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; SILVA, M. K.; ABERS, R. Introdução: participação, ativismos e democracia – uma trajetória contenciosa. *In*: TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; SILVA, M. K. (org.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2022.

